



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**27/03/2014**

# INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CORREGEDOR.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADORES.....	3
1.3. OUVIDORIA.....	4
1.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	5
1.5. VARAS CRIMINAIS.....	6
2. JORNAL AGORA SANTA INÊS	
2.1. DECISÕES.....	7 - 11
2.2. JUÍZES.....	12
2.3. VARA CÍVEL.....	13
2.4. VARAS CRIMINAIS.....	14
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	15
3.2. VARAS CRIMINAIS.....	16
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. CORREGEDOR.....	17
4.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	18
4.3. ORÇAMENTO.....	19
4.4. VARAS CRIMINAIS.....	20 - 21
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	22
5.2. CORREGEDOR.....	23
5.3. DECISÕES.....	24 - 26
5.4. DESEMBARGADORES.....	27
5.5. OUVIDORIA.....	28
5.6. VARA CÍVEL.....	29
5.7. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	30 - 31
5.8. VARAS CRIMINAIS.....	32 - 34
5.9. VARAS DA FAMÍLIA.....	35
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. EVENTOS.....	36
6.2. VARAS CRIMINAIS.....	37 - 38
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. EDITAL.....	39 - 40
7.2. VARAS CRIMINAIS.....	41 - 42
8. JORNAL O PROGRESSO	
8.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	43
8.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	44
8.3. JUÍZES.....	45 - 46
8.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	47
8.5. VARAS CRIMINAIS.....	48
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. DECISÕES.....	49 - 50
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	51
10.2. CORREGEDOR.....	52
10.3. DESEMBARGADORES.....	53
10.4. EVENTOS.....	54 - 55
10.5. JUÍZES.....	56 - 57
10.6. OUVIDORIA.....	58
10.7. PRESIDÊNCIA.....	59 - 60

---

10.8. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	61 - 62
10.9. VARAS CRIMINAIS.....	63 - 65
11. O GLOBO	
11.1. JUÍZES.....	66

## **Bate-papo e sorteio de brindes marcarão Happy Hour em homenagem às mulheres**

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a OAB/MA promoverá um Happy Hour especial para as advogadas maranhenses no dia 27, uma quinta-feira, a partir das 19h, no Restaurante Maracangalha. O bate-papo descontraído será comandado pelas Conselheiras Seccionais.

**Pág. 3**

# Bate-papo e sorteio de brindes marcarão Happy Hour em homenagem às mulheres

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a OAB/MA promoverá um Happy Hour especial para as advogadas maranhenses no dia 27, uma quinta-feira, a partir das 19h, no Restaurante Maracangalha. O bate-papo descontraído será comandado pelas Conselheiras Seccionais e contará com a presença da desembargadora e corregedora-geral da Justiça do TJ/MA, Nelma Sarney; da

endocrinologista, Honorina Lopes; e da presidente da Associação Comercial, Luzia Resende.

Todos os anos, a Seccional Maranhense prepara uma programação especial para celebrar o Dia Internacional da Mulher. Em 2014, não poderia ser diferente, com a realização de um happy hour que trará mulheres que ocupam cargos relevantes na sociedade falando sobre temas do uni-

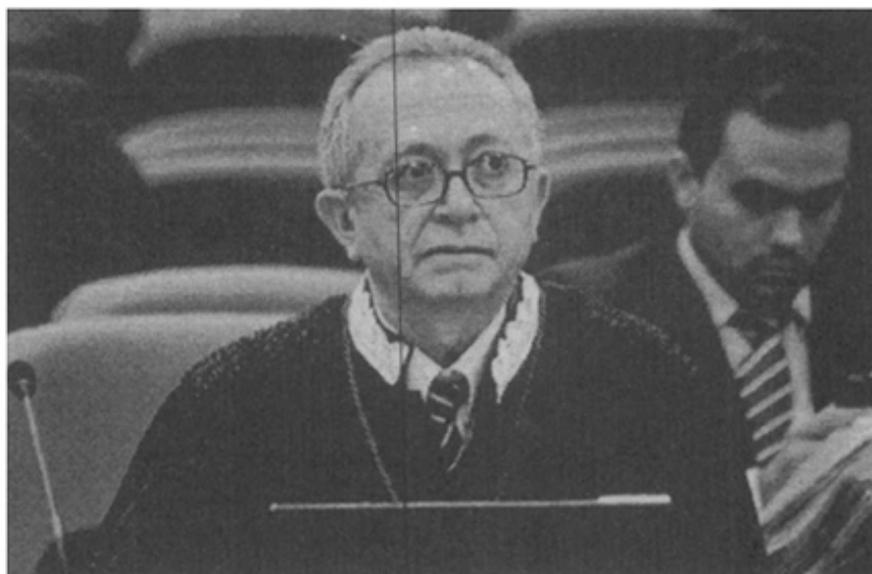
verso feminino. Durante o evento haverá sorteio de brindes para as participantes doados pelas empresas Club Dona Moça, Desire, Pharmapele, Oligoflora, Werner, Espaço Revest e Clínica Hosana Reis.

No evento, a corregedora-geral, desembargadora Nelma Sarney, inicia o bate-papo com o tema - A Mulher e a Justiça. Em seguida, a endocrinologista Honorina Lo-

pes, aborda - A mulher e seus hormônios. Luzia Resende, da ACM, falará às convidadas sobre - A mulher e os negócios. A advogada, Joana Darc Rabelo, abordará o tema - A mulher e a advocacia.

Advogadas e estagiárias com carteira da OAB/MA, adimplentes com todas as obrigações da OAB/MA, terão direito a um convite, cada uma. As vagas são limitadas.

## DESEMBARGADOR VICENTE DE PAULA É O PLANTONISTA DO TJMA ATÉ DOMINGO



O desembargador Vicente de Paula responde pelo plantão de 2º grau até domingo (30), conforme portaria 02/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Silva Freire.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Jean Souza e Mayco Pinheiro, que podem ser encontrados no (98) 8844-9049. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

## POPULAÇÃO OPINARÁ SOBRE SERVIÇOS DO JUDICIÁRIO



O ouvidor-geral do Poder Judiciário, desembargador Paulo Velten, se reúne, nesta quinta-feira (27), às 19 horas, em Caxias – o terceiro maior polo judicial do Estado – com a comunidade, em audiência pública, com a participação de magistrados, integrantes do Ministério Público, entidades de classe, membros dos poderes Legislativo e Executivo, dirigentes de instituições e servidores da Justiça. O evento ocorrerá no Fórum Desembargador Arthur Almada Lima (Avenida Norte-Sul, Lote 02, Cidade Judiciária, Campo de Belém).

A audiência será a primeira de uma série de ações a serem desenvolvidas pela Ouvidoria visando a uma maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade. O objetivo é receber sugestões da população com vistas ao aprimoramento dos serviços judiciais nas comarcas de Codó, Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

## **Gabinete de Crise do TJMA julgará processos em casos de calamidade e desastre ambiental**

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, em sessão administrativa, resolução (52/2014) que cria o Gabinete de Crise - rede institucional formada por representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e Defesa Civil - com o objetivo de enfrentar e criar soluções em casos de calamidades ou desastres ambientais em todo o território maranhense.

A proposta foi encaminhada pelo coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, juiz Márlon Reis, e atende à Recomendação nº 40 do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A iniciativa, segundo o magistrado, considera a crescente instabilidade do clima global que vem gerando consequências desastrosas dos fenômenos naturais. "O Poder Judiciário, em algumas circunstâncias, tem a necessidade de decidir, emergencialmente, sobre o destino das pessoas e bens afetados por catástrofes climáticas, especialmente crianças e adolescentes de família atingidas e corpos sem sepultura, além do controle de funcionamento das atividades de cartórios extrajudiciais", explica.

# No 11º julgamento, Francisco das Chagas xinga e tenta agredir repórter



Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 50 anos

Hostilizado por parentes das vítimas, o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 50 anos, reagiu com xingamentos e tentou agredir uma repórter na manhã de ontem, durante o julgamento pela morte de mais três vítimas, na 1ª Vara de Paço do Lumiar, no Maranhão.

O julgamento só começou após a chegada de uma guarnição da Polícia Militar para garantir segurança do réu e a quem participa do julgamento. Segundo informações de testemunhas, o réu era levado para o Salão do Júri quando foi empurrado pelo parente de uma das vítimas e reagiu, atingindo uma re-

pórter de TV e xingando os presentes.

A juíza Jaqueline Reis Caracas então dispensou a presença do réu, que foi levado de volta para o Presídio São Luís, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital maranhense. Dez testemunhas foram ouvidas pela manhã, entre elas, o delegado responsável pelo caso, dois peritos criminais e os pais de duas das vítimas.

O julgamento de ontem foi pela morte de Raimundo Nonato da Conceição Filho, de 11 anos, Eduardo Rocha da Silva, 10, e Edivam Pinto Lobato, 12. Os corpos dos dois primeiros foram encontrados em 1997, na Vila Nova Jerusalém, e o terceiro, em uma construção perto

da Vila São José, ambas localidades de Paço do Lumiar. As três vítimas estavam com os órgãos genitais e um dos dedos cortados.

É a 11ª vez que Francisco das Chagas vai a julgamento. Ele é acusado de matar e mutilar 42 meninos entre 1991 e 2004. O mecânico responde por 30 mortes no Maranhão e mais 12 no Pará, onde viveu entre 1989 e 1993. Todas as vítimas tinham o mesmo perfil: faixa etária entre 4 e 15 anos de idade e eram de famílias pobres.

As dez condenações anteriores já somam 277 anos de prisão. O 'Caso dos Meninos Emasculados', como ficou conhecido, teve repercussão internacional.

## TJ do MA não reconhece união estável homoafetiva por falta de provas

*Casal se relacionava à distância; uma morava no Brasil e outra nos EUA. TJ-MA entendeu que não havia intenção de formar família.*

A 5ª Câmara Cível de São Luís negou o reconhecimento de união estável entre duas mulheres e o pedido de dissolução com partilha de bens feito por uma delas, segundo informações do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Para o TJ, “a simples existência de um relacionamento amoroso ou namoro, por mais que seja duradouro, não autoriza o reconhecimento de união estável, já que a lei exige outros requisitos além da vontade de constituir família”.

Segundo o TJ, os depoimentos de testemunhas dão conta da existência de um namoro à distância – uma mora nos Estados Unidos e, a outra, no Brasil –, e não de uma união estável. “Assim como na relação entre casais heterossexuais, para se configurar a união estável homoafetiva, também é necessário o preenchimento de requisitos previstos no Código Civil, como convivência pública, contínua e dura-

doura”, diz o TJ.

A decisão segue sentença já proferida em primeira instância. O entendimento acrescentou que o vasto material constante nos autos – cartas, fotos e cartões –, demonstram um relacionamento amoroso entre as partes, mas não evidencia qualquer forma irrefutável de existência da união estável alegada por uma das partes.

### PROCESSO

Inconformada com a sentença da Justiça de 1º grau, que julgou improcedentes os pedidos iniciais, uma das partes interpôs recurso de apelação no TJ-MA. A alegação é de que, apesar de residirem em países diferentes, sempre existiu intenção de constituir família, afirmando ter administrado o patrimônio enquanto a outra parte esteve no exterior.

A parte reclamante sustenta que foi atendido o que determina a legislação. Diz que houve, entre ambas, convivência pública contínua e duradoura, e que foi

estabelecida com objetivo de constituição de família. O relacionamento teria durado mais de oito anos, transformando-se de namoro em união estável.

A outra parte reconheceu a existência de relacionamento homoafetivo, mas disse que a apelante jamais assumiu socialmente a relação vivida, o que denota a falta de intenção em constituir família.

A Procuradoria Geral de Justiça emitiu parecer para que fosse mantida a sentença de primeira instância.

Inicialmente, o relator do processo, desembargador Raimundo Barros, destacou que “a opção homossexual é uma definição individual vinculada a apelos próprios, físicos ou emocionais, sendo imperioso que a sociedade respeite o sentimento de cada um, a busca da própria realização pessoal, pois todos devem encontrar espaço para a integração ao grupo social a que pertencem, sem discriminações”.

**De com força** – As duas instituições mais públicas de Santa Inês e seus respectivos inquilinos – com raríssimas exceções – caíram mesmo em desgraça diante da opinião pública. A parceria “topa tudo” entre a Prefeitura e a Câmara Municipal é alvo, além do mais, de campanhas midiáticas nas redes sociais que não desgrudam os olhos de tudo o que vem acontecendo entre um palácio e o outro – no caso o Benedito Sabbak Tomé e o Edmilson Gonçalves.

**De com força II** – E a cada dia a coisa piora. Parecem locomotivas descontroladas ladeira abaixo. Não dá para tapar o sol com uma peneira “furada”, é a voz do povo nas ruas, coisa que prefeito, secretários e vereadores não querem ouvir. Mas o Ministério Público quer. O Judiciário, idem. Então, o que está ruim para as duas instituições, pode piorar, e muito.

## **"CAÇADOS"**

**Prefeito Ribamar e vereadores  
envolvidos em doação de terreno  
estão sendo intimados pela Justiça**

PÁGINA 3

## Prefeito Ribamar Alves e vereadores envolvidos na doação de terreno para empresa privada já estão sendo intimados judicialmente

Todos os 15 vereadores de Santa Inês envolvidos no caso da doação de um terreno para a instalação do complexo aquático Val Paraíso em Santa Inês, em sessão realizada no dia 1º de novembro de 2013, já estão sendo notificados judicialmente. Os mandados de notificação começaram a ser expedidos na terça-feira (18) e os réus, incluindo o prefeito de Santa Inês, Ribamar Alves (PSB), e a empresa Val Paraíso, por meio de carta precatória encaminhada à Comarca de Paço do Lumiar – MA, estão sendo notificados desde a quinta-feira (20).

Os envolvidos no caso têm até 15 dias para se manifestar por escrito, o que poderá acontecer por meio de documentos e justifica-

ções. Recebida a manifestação dos réus, a juíza Denise Cysneiro, no prazo de trinta dias, em decisão fundamentada, poderá rejeitar a ação, se convencida da inexistência do ato de improbidade ou da improcedência da ação, ou acatá-lo. O texto da intimação, ela pede ainda que Câmara de Vereadores, na pessoa do vice-presidente Ademar Machado de Sousa encaminhe o valor da remuneração recebida pelos vereadores, bem como do prefeito do município, visto que, se condenados, serão obrigados a pagar multa de até 100 vezes o valor da remuneração recebida nos respectivos cargos.

### PODEM SER CASSADOS

O processo cível e do trabalho movido pela promo-

tora Flávia Valéria Nava e distribuído na 1ª Vara da Comarca de Santa Inês, que tem como titular a juíza Denise Cysneiro Milhomem, pede à justiça que reconheça a inconstitucionalidade da Lei Municipal 051/2013, anulando a doação do bem e ainda condenação dos vereadores Franklin Seba, Vera Lúcia Soares, Victor Thagore, Ademar Machado de Sousa, Akson Lopes, Aldoniro Muniz, Antonio Silva, Carla Sousa, Creusa da Caixa, Madeira de Melo, Batista de Biné, Irmão Machado, Orlando Mendes, Otacilia Rios e Claudinner Uchôa, além do prefeito Ribamar Alves. Todos eles podem, inclusive, perder serem afastados dos cargos e perderem os direitos políticos de três a cinco anos.

Após o anúncio da suspensão da sessão ordinária que deveria ter acontecido na manhã de ontem (21), sob a justificativa de falta de quórum, o presidente do Legislativo Municipal, Franklin Seba, afirmou à nossa equipe que nenhum dos 15 vereadores citados no processo haviam sido notificados ainda. “A Câmara vai esperar que todos sejam intimados para que sua assessoria jurídica possa se posicionar a respeito”, disse ele.

Já a titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Inês, Denise Cysneiro Milhomem, aguarda conforme a Lei Nº 8.429, de 02 de junho de 1992, a manifestação de contestação dos réus para que possa dar prosseguimento ao processo.

### **DEPUTADO LEVA 200 MIL DE INDENIZAÇÃO**

O Estado do Maranhão foi condenado a pagar indenização, por danos morais, no valor de R\$ 200 mil ao atual deputado federal Chiquinho Escórcio (foto) em razão de abordagem considerada truculenta e prisão ilegal em 9 de abril de 2008, época em que não exercia cargo eletivo. A decisão foi da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O relator, desembargador Jaime Araújo, disse que não é dada, aos agentes do Estado, a prerrogativa de exacerbar de seus poderes para realizarem injustas perseguições pessoais e políticas, em nítido desvio de finalidade da atuação de policiais que, em vez de empreenderem esforços no intuito de combater a crescente criminalidade, violaram a integridade física e moral de um cidadão que não praticou qualquer delito. Na fixação da quantia a ser paga, o relator ressaltou que se deve considerar o porte econômico de quem vai suportar a condenação, a repercussão interna e externa do dano, o nível de abalo sofrido pelo autor e sua condição social (político de renome), observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

---

MAIS APERTO

## **Prefeitura de Santa Inês tem menos de 15 dias para convocar todos os concursados aprovados**

*A audiência aconteceu no dia 11 de março e foi presidida pela juíza Denise Milhomem*

Uma nova audiência entre Poder Judiciário, Ministério Público e assessores da Prefeitura de Santa Inês, foi realizada no dia 11 deste mês para tratar da situação dos concursados aprovados que ainda não foram convocados para assumir os cargos efetivos. A prefeitura terá até o dia 25 deste mês para aceitar a conciliação, caso aceite, terão

um prazo de 60 dias para realizar a convocação.

De acordo com o termo de audiência, nº 585/2013, a Juíza da 1ª Vara, Dra. Denise Milhomem esclareceu as partes sobre as vantagens de uma possível conciliação para efetivar todos os concursados. O Ministério Público propôs o seguinte acordo: que a prefeitura convoque todos os

concursados classificados que ainda não foram chamados, apresentar ato de prorrogação do concurso, apresentar exonerações realizadas na área administrativa do município, comprovar quais cargos supostamente foram criados ilegalmente, entre outros. O município terá quinze dias para se manifestar sobre a proposta de acordo. Uma vez

aceito, terá o prazo de 60 dias contados a partir do fim da data estipulada para aceitação, para apresentar cronograma de convocação dos classificados.

O advogado afirmou que o município se manifestará no prazo solicitado pelo Ministério Público, acerca da necessidade atual de convocar todos os classificados dos cargos remanescentes.

## 1ª Vara da Comarca de Santa Inês convoca proprietários de bens apreendidos

A juíza de Direito, titular da 1ª Vara de Santa Inês, Denise Cysneiro Milhomem, convocou no dia 11 de março, através de ofício, o titular dos bens apreendidos nos autos da Ação Penal Pública nº 15572010, promovida pelo Ministério Público Estadual contra Bruno Joab Muniz Carvalho, vulgo "Mãozinha".

O proprietário tem o prazo de 30 dias para comparecer na secretaria judicial e comprovar a propriedade dos seguintes bens: uma motocicleta Honda/NX-4 Falcon, Ano 2007/2007, de cor preta e placa JUY8562; um aparelho de celular de marca LG, cor azul; um cartão do Banco Bradesco em nome de Susana Mourão Soares; um aparelho celular Nokia e a importância de R\$ 2.124,00.

Caso o proprietário não compareça no prazo esti-



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SANTA INÊS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Drª Denise Cysneiro Milhomem, MMª JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS, ESTADO DO MARANHÃO, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Secretaria Judicial, CONVOCA o legítimo proprietário dos bens apreendidos a saber: uma motocicleta Honda/NX-4 Falcon, Ano 2007/2007, Chassis 9C2ND07007R004343, cor preta, placas JUY8562; um aparelho celular marca LG cor azul; um cartão do Banco Bradesco em nome de Susanna Mourão Soares; um aparelho celular marca Nokia e a importância de R\$ 2.124,00 (Dois mil cento e vinte e quatro reais) a comparecer nesta secretaria para comprovar mediante documento válido no prazo de 30 (trinta) dias a propriedade do móvel, sob fundamento nos arts. 120 do CPP e 91 do CP, sob pena de incineração ou perda em favor da União. Edital expedido nos autos da Ação Penal Pública de 1588-02.2010.8.10.0056, cadastrado sob o nº 15572010 que lhe é movido por Ministério Público Estadual, contra Bruno Joab Muniz Carvalho. Santa Inês, 24 de setembro de 2013. Denise Cysneiro Milhomem. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Santa Inês, Estado do Maranhão, aos 11 de Março de 2014. Eu, Rejanne L. S. Gentil, Secretária Judicial, digitei.

  
Drª Denise Cysneiro Milhomem  
Juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Inês

pulado, os objetos podem ser incinerados ou retidos pela União, conforme edital ao lado:

## Comarcas do interior participam da Semana Nacional do Júri

Integradas à Semana Nacional do Júri, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, que objetivou incentivar os julgamentos dos processos de homicídios, principalmente aqueles que tramitam há mais de quatro anos, as comarcas de Caxias, Carutapera e Colinas realizaram sessões entre os dias 17 e 20 de março.

A meta de Persecução Penal estabelecida pelo Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) é julgar, até outubro deste ano, 80% dos crimes dolosos que tiveram a denúncia recebida até 31 de dezembro de 2009.

### CAXIAS

Em Caxias, o Tribunal do Júri realizou três sessões nos dias 17, 18 e 20 de março. O primeiro julgamento foi o de Ivan de Oliveira, acusado pelo homicídio de Edvaldo Cunha Barbosa. O réu foi condenado a seis anos, cinco meses e 15 dias de reclusão, em regime semiaberto, na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

Na terça-feira, 18, foi a julgamento Adriana dos Santos Moraes, acusada pelo homicídio qualificado de Aline Rodrigues Barbosa. A réu foi condenada a 12 anos de prisão, inicialmente em regime fechado, no

Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O terceiro júri, também pelo crime de homicídio, foi o de Antonio da Conceição Soares, conhecido como "Tota". O réu foi condenado a seis anos de reclusão pela morte de Jorge Nunes da Conceição. A pena deverá ser cumprida, inicialmente, em regime semiaberto.

Atuou nas sessões do Tribunal do Júri o promotor de justiça Edilson Santana de Sousa, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Caxias. As sentenças foram assinadas pelo juiz Paulo Afonso Vieira Gomes.

### CARUTAPERA

No dia 18, o Conselho de Sentença, seguindo entendimento do Ministério Público, representado pela promotora de justiça Laura Amélia Barbosa, decidiu absolver o réu Luiz dos Remédios Santana por falta de provas.

No dia seguinte, foi condenado a 20 anos e seis meses de reclusão Manoel Nazareno Silva Ramos. Mais uma vez prevaleceu a tese defendida pelo Ministério Público. O réu foi acusado de, no dia 13 de junho de 2000, por volta das 5h, na Travessa Eustáquio Pantoja, na cidade de Carutapera, ter desferido um disparo com arma de fogo na vítima José Ribamar Corrêa Gomes, causan-

do-lhe a morte.

No dia 20, o réu José Ribamar da Silva Lopes foi declarado indefeso, uma vez que não contou com advogado de defesa ao longo do processo. Para evitar a nulidade do processo e da própria sessão de julgamento, o juiz Alexandre Antonio de Mesquita, titular da comarca de Carutapera, designou a data de 23 de abril de 2014 para a realização de nova sessão de julgamento.

### COLINAS

Em Colinas, no dia 20, foi condenado a 12 anos de reclusão por homicídio qualificado, pela utilização de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima, o réu Antônio dos Santos Lima Filho, vulgo "Pipite".

Atuou no julgamento como representante do Ministério Público a promotora de justiça Leticia Teresa Sales Freire, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Colinas. O júri foi presidido pelo juiz Marcelo Matos e Oka.

De acordo com a denúncia, o crime foi cometido no dia 20 de julho de 2013, numa casa noturna, no bairro Vila Brandão, onde o denunciado desferiu um golpe de faca na vítima Kelbeny da Silva costa, que faleceu ainda no local.

## Justiça decreta interdição parcial das unidades prisionais de Imperatriz

Na última quinta-feira, 20, a juíza da Vara de Execuções Penais, Janaína Araújo, acolheu o pedido do Ministério Público e decretou a interdição parcial das unidades prisionais de Imperatriz para o recebimento de novos presos. A decisão deverá ser cumprida até que sejam adotadas as medidas necessárias de entrega do novo presídio e a completa reforma da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) local, sob pena de multa diária de R\$10.000,00.

Em novembro de 2013, a 5ª Promotoria Criminal de Imperatriz, que tem como titular o promotor de justiça Domingos Eduardo da Silva, em ação cautelar solicitou o impedimento de transferências de detentos para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, Centro de Triagem e para a Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis.

## Ex-vereador de Cidelândia é condenado por esfaquear ex-secretário em 2006

Após oito horas de julgamento, o Tribunal do Júri presidido pelo juiz Pedro Guimarães Júnior sentenciou o ex-vereador de Cidelândia, a 616 km de São Luís, Edes Alves Feitosa, a oito anos de prisão. Ele é acusado de esfaquear o ex-secretário de Saúde do município, Pedro Pereira Carvalho de Sá, e seu filho, Gilmar Ribeiro de Sá. O crime ocorreu em abril de 2006, quando tanto acusado, como vítima, ocupavam os cargos de vereador e secretário municipal, respectivamente. A agressão teria sido motivada por uma discussão entre Edes e Pedro. O ex-vereador, poderá recorrer da sentença em liberdade.

O ex-vereador do município de Cidelândia, Edes Alves Feitosa, foi a júri popular nesta terça-feira (25). O então vereador responde a acusação de ter esfaqueado, no 16 de abril de 2006, o então secretário de Saúde do município, Pedro Pereira Carvalho de Sá, e seu filho, Gilmar Ribeiro de Sá.

Segundo a polícia, o que motivou a agressão foi uma discussão entre o vereador e o secretário. Edes irritou-se com o farol alto de um veículo que chegou à casa do secretário, vizinha ao bar em que estava bebendo. No desentendimento Edes Feitosa atingiu com um golpe de faca o secretário Pedro Pereira, que teve o baço perfurado e também atingiu com dois golpes de faca, o filho do secretário.

## OAB e Mulher I

Olá! Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a OAB/MA promoverá um Happy Hour especial para as advogadas maranhenses no dia 27, uma quinta-feira, a partir das 19h, no Restaurante Maracangalha. O bate-papo descontraído será comandado pelas Conselheiras Seccionais e contará com a presença da desembargadora e corregedora-geral da Justiça do TJ/MA, Nelma Sarney; da endocrinologista, Honorina Lopes; e da presidente da Associação Comercial, Luzia Resende.

## OAB e Mulher II

Todos os anos, a Seccional Maranhense prepara uma programação especial para celebrar o Dia Internacional da Mulher. Em 2014, não poderia ser diferente, com a realização de um happy hour que trará mulheres que ocupam cargos relevantes na sociedade falando sobre temas do universo feminino. Durante o evento haverá sorteio de brindes para as participantes doados pelas empresas Club Dona Moça, Desire, Pharmapele, Oligoflora, Werner, Espaço Revest e Clínica Hosana Reis.

## **IMPERATRIZ**

# VEP decreta interdição parcial das unidades prisionais

A juíza da Vara de Execuções Penais, Janaina Araújo, acolheu o pedido do Ministério Público e decretou a interdição parcial das unidades prisionais de Imperatriz para o recebimento de novos presos. A decisão deverá ser cumprida até que sejam adotadas as medidas necessárias de entrega do novo presídio e a completa reforma da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) local, sob pena de multa diária de R\$10 mil reais.

Em novembro de 2013, a 5ª Promotoria Criminal de Imperatriz, que tem como titular o promotor de Justiça Domingos Eduardo da Silva, em ação cautelar, solicitou o impedimento de transferências de detentos para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, Centro de Triagem e para a

Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis.

O representante do Ministério Público requereu que, antes que fossem feitas as transferências, o Estado promovesse as reformas necessárias nos presídios locais, incluindo a entrega e o funcionamento do novo presídio, além da separação dos presos, como determina a Lei de Execução Penal (LEP).

A Unidade Prisional de Ressocialização Imperatriz conta atualmente com 311 presos, sendo 293 homens e 18 mulheres, nos regimes fechado e semiaberto, além dos provisórios, conforme relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) feito em outubro de 2013.

## **PAGAMENTO**

# **TRT libera 132 processos em fase de precatórios**

O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), por meio da Coordenadoria de Precatórios, está liberando, desde sexta-feira (21), o pagamento de 35 precatórios trabalhistas do Governo do Estado do Maranhão, inscritos no orçamento de 2013. No total, serão liberados 45 alvarás no valor de R\$ 3.011.970,28. Com o pagamento de todos os precatórios do orçamento de 2013 o passivo do Estado do Maranhão zera, restando apenas os precatórios relativos ao orçamento de 2014.

A Coordenadora de Precatórios, Suzana Regina Pontes de Castro Moreira, informou que também foram liberados alvarás referentes a precatórios dos municípios de São Luís, Rosário, Nina Rodrigues, Codó, Axixá, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria, Igarapé do Meio e Caxias. Os créditos trabalhistas do Estado e municípios totalizam R\$ 4.760.795,96, correspondentes a 132 processos em fase de precatórios.

Desse total, a quantia de R\$ 1.367.365,97 foi liberada ao pagamento de 48 precatórios do Município de São Luís, incluindo todos os de trâmite preferencial de idosos e doentes. Os demais precatórios pendentes de pagamento aguardam depósito mensal a ser liberado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, pois o município optou, na época, pelo Regime Especial.

Do Município de Rosário foi liberado o pagamento de três precatórios, no valor de R\$ 16.584,66; do Município de Nina Rodrigues, liberados dois precatórios de R\$ 32.110,37 e R\$ 18.891,38, encontrando-se totalmente quitados. Do Município de Codó, foi liberado o pagamento de três precatórios, nos valores de R\$ 8.784,85; R\$ 8.327,13 e R\$ 7.459,78, estando totalmente quitados. Do Município de Axixá foi liberado o pagamento de dois precatórios: um no valor de R\$ 17.878,83 e o outro no valor R\$ 50.854,26.

## **Francisco das Chagas xinga e tenta agredir repórter durante 11º julgamento**



**Hostilizado por parentes das vítimas, o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 50 anos, reagiu com xingamentos e tentou agredir uma repórter durante o julgamento pela morte de mais três vítimas, na 1ª Vara de Paço do Lumiar, no Maranhão. - PAG. 08**

# Francisco das Chagas xinga e tenta agredir repórter durante 11º julgamento

Hostilizado por parentes das vítimas, o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues Brito, de 50 anos, reagiu com xingamentos e tentou agredir uma repórter na manhã desta quarta-feira (26), durante o julgamento pela morte de mais três vítimas, na 1ª Vara de Paço do Lumiar, no Maranhão.

O julgamento só começou após a chegada de uma guarnição da Polícia Militar para garantir segurança do réu e a quem participa do julgamento. Segundo informações de testemunhas, o réu era levado para o Salão do Júri quando foi empurrado pelo parente de uma das vítimas e reagiu, atingindo uma repórter de TV e xingando os presentes.

A juíza Jaqueline Reis Caracas então dispensou a presença do réu, que foi levado de

volta para o Presídio São Luís, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital maranhense. Dez testemunhas foram ouvidas pela manhã, entre elas, o delegado responsável pelo caso, dois peritos criminais e os pais de duas das vítimas. À tarde, será a vez dos debates entre defesa e acusação.

O julgamento desta quarta é pela morte de Raimundo Nonato da Conceição Filho, de 11 anos, Eduardo Rocha da Silva, 10, e Edivam Pinto Lobato, 12. Os corpos dos dois primeiros foram encontrados em 1997, na Vila Nova Jerusalém, e o terceiro, em uma construção perto da Vila São José, ambas localidades de Paço do Lumiar. As três vítimas estavam com os órgãos genitais e um dos dedos cortados.



**Chagas tentou agredir repórter da TV Cidade, Andressa Miranda**

É a 11ª vez que Francisco das Chagas vai a julgamento. Ele é acusado de matar e mutilar 42 meninos entre 1991 e 2004. O mecânico responde por 30 mortes no Maranhão e mais 12 no Pará, onde viveu entre 1989 e 1993. Todas as vítimas tinham o mesmo perfil:

faixa etária entre 4 e 15 anos de idade e eram de famílias pobres.

As dez condenações anteriores já somam 277 anos de prisão. O 'Caso dos Meninos Emasculados', como ficou conhecido, teve repercussão internacional.

## Casamento

### **SUCUPIRA DO NORTE -**

Comarca de Sucupira do Norte encerrou terça-feira (25) as inscrições para o casamento comunitário que a unidade promoverá no dia 10 de abril. A cerimônia vai ser realizada no espaço de eventos da casa de show Mansão do Forró (Alameda Luis Gonzaga Carneiro, Centro, Sucupira do Norte), às 17h. Decoração especialmente preparada para a ocasião, música, bolo decorado e coquetel brindam

os noivos. Brindes doados por comerciantes locais serão sorteados entre os nubentes, que terão direito ainda a uma queima de fogos para celebrar o evento. Preside o evento a titular da Comarca de Mirador, juíza Carolina de Sousa Castro, atualmente respondendo por Sucupira do Norte. Inaugurado no ano de 1999, o Projeto Casamento Comunitário, do Poder Judiciário do Maranhão, tem por objetivo promover a união oficial de casais carentes.

**A OAB/MA** promove hoje, um especialíssimo happy hour para as advogadas maranhenses. O encontro, comandado pelas Conselheiras Seccionais, será realizado no Restaurante Maracangalha, a partir das 19h, e contará com a presença de personalidades femininas do mundo jurídico e empresarial.

**NO ASSUNTO:** são confirmadas as presenças da desembargadora e corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney; da presidente da Associação Comercial, Luzia Resende; e da endocrinologista, Honorina Lopes. O bate-papo homenageará as profissionais de Direito do Estado pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

# Roseana nomeia 1.800 PMs e anuncia novos benefícios

Governadora homologou ontem, em ato no Palácio dos Leões, o resultado do certame de 2012 para a Segurança; policiais já foram distribuídos nas unidades da corporação. Categoria terá pacote de benefícios, como reajuste de gratificações. **Geral 5**

Handson Chagas/Secom



A governadora Roseana Sarney posa entre a cúpula da Segurança Pública na assinatura da nomeação de 1.800 PMs, no Palácio dos Leões

# Roseana nomeia 1.800 policiais militares e garante benefícios

Em solenidade realizada ontem no Palácio dos Leões, a governadora do Estado homologou o resultado do concurso para a área da Segurança Pública; na ocasião, ela anunciou benefícios para a corporação, como o reajuste de gratificações

**A** governadora Roseana Sarney homologou o resultado do concurso para a área da Segurança Pública e nomeou 1.800 policiais militares aprovados no certame, cujas etapas estão sendo realizadas desde 2012 pelo Governo do Estado. O ato foi realizado ontem (26), no Palácio dos Leões, e contou com a presença do secretário de Estado de Segurança Pública, Aluísio Mendes; do comandante da PMMA, tenente-coronel Zanoni Porto, e de demais oficiais.

"Estou feliz em fazer a homologação deste concurso, pois teremos um grande reforço na área de segurança pública", declarou a governadora, confirmando que a nomeação tem data retroativa a 18 de fevereiro deste ano. Roseana Sarney esclareceu ainda que a homologação do concurso ocorreu agora porque o Governo do Estado aguardava o envio da lista final de aprovados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), coordenadora do certame.

A relação traz o total de aprovados em todas as etapas, incluindo provas teóricas, práticas e curso de formação. "Estamos investindo na base da Polícia Militar para garantir uma segurança melhor para a população", ressaltou a governadora.

Segundo Aluísio Mendes, a homologação e nomeação dos novos militares representam um grande reforço ao sistema de segurança em todo o estado. "Esse é o maior concurso já realizado no Maranhão na área

de segurança pública. Não se faz segurança de boa qualidade sem o material humano", ressaltou.

De acordo com o coronel Zanoni Porto, os investimentos realizados pelo Governo do Estado representam o reconhecimento ao trabalho da categoria. "Os novos militares vão reforçar nossas ações na capital e no interior. Os benefícios servem de estímulo para que a polícia possa continuar desenvolvendo um trabalho de qualidade na defesa da nossa sociedade", afirmou.

Segundo o coronel, os 1.800 militares já foram distribuídos em todas as unidades da Polícia Militar. Somente em São Luís, o reforço será de 730 policiais. Os demais seguem para as unidades do interior.

**Benefícios** - No ato, a governadora anunciou um pacote de benefícios para atender à categoria. Uma delas é a aprovação da lei complementar segundo a qual o policial leva para a reserva a mesma remuneração da última patente, ainda que não fique por cinco anos em exercício no último posto. Outro benefício é a antecipação, de 2015 para novembro de 2014, da tabela de subsídios, constante do Plano de Cargos e Carreiras. Além disso, há o reajuste, em percentuais diversos, de gratificações por exercício de função, cujos novos valores deverão ser pagos a partir de abril.

Segundo o secretário de Gestão e Previdência, Fábio

## Mais

### PACOTE DE BENEFÍCIOS PARA ATENDER À CATEGORIA

- **Aprovação** da lei complementar segundo a qual o policial leva para a reserva a mesma remuneração da última patente, ainda que não fique por cinco anos em exercício no último posto.

- **Antecipação**, de 2015 para novembro de 2014, da tabela de subsídios constante do Plano de Cargos e Carreiras.

- **Reajuste**, em percentuais diversos, de gratificações por exercício de função, cujos novos valores deverão ser pagos a partir de abril.

Gondim, todos os candidatos regulares que prestaram seletivo para a Polícia Militar serão homologados e nomeados. "Os candidatos regulares são aqueles que não estão subjúdice, ou seja, não estão dependendo de medida liminar para garantir vaga na corporação. Com relação aos demais candidatos que estão *sub judice*, aguardaremos a decisão de mérito do Tribunal de Justiça do Maranhão", explicou.

Fábio Gondim acrescentou que a governadora Roseana Sarney anunciou importantes benefícios para os policiais militares. "Trabalhamos intensamente para viabilizar o acordo entre os policiais militares e o governo estadual. Após muito trabalho, muitas reuniões no Comando Geral da PM, na Secretaria de Planejamento e na Casa Civil, a governadora resolveu elaborar um acordo que acaba de ser anunciado e que compõem três itens", destacou.

Participaram da reunião o deputado estadual Roberto

Costa; os secretários João Abreu (Casa Civil) e José Ribamar Vieira (Casa Militar); o subsecretário de Gestão e Previdência, Marcos Fernando Jacinto, e o comandante do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Vanderley Pereira.

## Números

As nomeações têm data retroativa a 18 de fevereiro deste ano

**1.800**

novos policiais nomeados

**730**

PMS atuarão em São Luís

**1.070**

serão transferidos para o interior do Maranhão



Fotos/Handson Chagas

Após solenidade, a governadora Roseana Sarney posou com coronéis que integram a cúpula da Polícia Militar do Estado do Maranhão

“

Estou feliz em fazer a homologação deste concurso, pois teremos um grande reforço na área de segurança pública”

Roseana Sarney,  
governadora do Estado



Roseana assina a homologação do resultado do concurso, ao lado da cúpula da Segurança e autoridades

“

Os investimentos realizados pelo Governo do Estado representam o reconhecimento ao trabalho da categoria”

Zanoni Porto, tenente-coronel  
comandante-geral da Polícia  
Militar do Maranhão

# Justiça Eleitoral anula a decisão que cassou o mandato de Beto Castro

TRE decidiu, por maioria dos votos, inocentar o vereador de São Luís, alegando não haver provas que pudessem sustentar o argumento de fraude eleitoral

**Carla Lima**

Da editoria de Política

O Tribunal Regional Eleitoral decidiu por maioria reformar a sentença da Justiça de primeiro grau e devolver o mandato ao vereador Beto Castro (PRTB). A decisão foi dada após voto vista do desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que argumentou não haver como potencializar a influência em sua votação do fato de o parlamentar ter duas carteiras de identidade.

O voto de Guerreiro Júnior foi divergente da análise do relator dos Embargos de Declaração interpostos pela defesa de Beto Castro, juiz Daniel Blume, que disse que o fato de ter duas carteiras de identidades, com nomes diferentes, interferiu na sua votação, já que houve omissão de então candidato sobre sua vida pregressa para o eleitor.

O voto de Blume foi dado na sessão do início deste mês. Na época, acompanharam o relator os juízes Alice Rocha e Eduardo Moreira. Guerreiro Júnior pediu vista do processo, alegando que, como se tratava de um caso com repercussão expressiva na imprensa, queria mais tempo para analisar.

Na sessão de ontem, o desembargador votou pelo aco-



Flora Dolores

Beto Castro recebe cumprimentos de familiares após decisão do TRE

## Mais

O suplente de vereador Paulo Roberto Pinto, o Carioca (PRTB), acionou Beto Castro na Justiça por fraude eleitoral pelo vereador ser acusado em uma ação, que tramita na Justiça comum, de falsidade ideológica por ter dois documentos de identidade: um com o nome Werberth Macedo Castro e outro com o nome Weberth Machado Castro.

lhimento dos embargos de declaração interpostos contra a decisão do TRE dada em dezembro que confirmava a decisão da juíza Luzia Neponucena, que cassou o mandato do vereador por fraude eleitoral.

Pelo voto de Guerreiro Júnior, não houve provas suficientes que comprovassem fraude eleitoral, já que mesmo tendo duas identidades o vereador não tem qualquer condenação na Justiça comum transitado

em julgado, que o coloque na lista de ficha-suja.

Além disso, ainda de acordo com o voto do desembargador, não há elementos que comprovem até que ponto o fato de ter duas identidades e isso ser do conhecimento do eleitor poderia influenciar na votação do vereador. Guerreiro Júnior argumentou ainda que Beto Castro, constitucionalmente, não é obrigado a produzir provas contra si mesmo.

"A despeito do silêncio do embargante [Beto Castro] sobre a sua vida pregressa, tem-se que a exigência de conduta diversa, seja qual for a hipótese, padece de manifesta inconstitucionalidade por pretender-se impingir-lo a produzir prova contra si mesmo", trecho do voto de Guerreiro Júnior.

Acompanharam o voto vista do magistrado, os juízes José Eulálio Figueiredo e Clodomir Reis. A votação dos embargos ficou empatada em três votos. Coube ao presidente do tribunal, desembargador Froz Sobrinho, o voto de minerva: ele votou pelo provimento do recurso do vereador.

O Pleno do TRE acolheu os embargos e modificou a decisão anterior, e reformou a sentença da Justiça de primeiro grau. A essa decisão da Corte Eleitoral ainda cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral.

## Ouvidoria do TJMA fará audiência em Caxias

**CAXIAS** - A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoverá audiência pública com a população do Polo Judicial de Caxias hoje, às 19h, no fórum da cidade, para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações sobre os serviços da Justiça Estadual oferecidos nas comarcas da região - Coelho Neto, Co-roatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

De acordo com o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, a audiência será a primeira de uma série de ações a serem desenvolvidas pelo órgão visando a uma maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade.

"É no contexto da Justiça democrática de proximidade que se avulta o papel da Ouvidoria, que não deve ser um órgão de representatividade apenas, mas que incorpora as suas ações ouvindo a manifestação do cidadão e recebendo o que se pode trazer de novidade ao Judiciário. Aí está a grande questão", assinala o ouvidor-geral.

Dados da Ouvidoria demonstram que reclamações sobre a morosidade processual correspondem a 77% do total das manifestações recebidas por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores.

"Já temos um panorama. A ideia é discutirmos as soluções com os juízes", adianta Paulo Velten.

As manifestações apresentadas na audiência serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil.

# Regime de separação de bens

---

**DÉBORA MAY PELEGRIM**

---

**Regime** de bens consiste num conjunto de normas que irá regulamentar os direitos patrimoniais do casal diante da instituição do casamento. Em regra, a escolha de regime de bens é efetuada livremente pelos nubentes, que deverá ser estabelecido pelo pacto antenupcial.

Estabelecido o regime de separação de bens, cada cônjuge poderá dispor livremente de seu patrimônio, sem qualquer restrição à sua administração ou alienação (doação, troca, venda), e a autorização pelo outro cônjuge em relação aos imóveis nos demais regimes.

O regime da separação de bens prevê a obrigação, a incumbência, ou seja, a responsabilidade individual pelas dívidas contraídas anteriores e posteriores ao casamento.

Vale salientar, que neste regime ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial.

Em determinadas situações, a lei obriga os nubentes a submeterem-se ao regime de separação de bens, quais sejam: quando um dos nubentes contar com mais de 70 anos de idade; quando um ou ambos os nubentes contraírem casamento existindo causas suspensivas da celebração; quando um ou ambos os nubentes dependerem de consentimento judicial para se casarem, conforme relacionado nos itens acima descritos.

O Código Civil de 1916 conferia ao cônjuge sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família, desde que casado sob o regime da comunhão universal de bens.

Em relação ao direito real de habitação dispõe o artigo 1.831 do Código Civil Brasileiro: "Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar".

O Código Civil de 2002 abandonou a postura do anterior e a Lei nº 9.278/96 concedeu direito correspondente aos companheiros e, estendendo o proveito, benefício a todos os cônjuges sobreviventes, independentemente do regime de bens do casamento.

.....  
Bacharel em Direito pela Universidade do Sul de Santa  
Catarina (UNISUL)

E-mail: [debora@duarteoliveira.adv.br](mailto:debora@duarteoliveira.adv.br)

# Justiça regulamenta a presença infanto-juvenil em espetáculos públicos

Portaria disciplina o acesso e a presença de crianças e adolescentes em locais de jogos e de consumo de bebida alcoólica em São Pedro da Água Branca

**S**ÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA - O juiz Delvan Tavares Oliveira, titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz e responde pela Vara Única da Comarca de São Pedro da Água Branca, divulgou esta semana uma portaria na qual disciplina o acesso e a presença de crianças e adolescentes em espetáculos públicos, locais de jogos e em locais de consumo de bebida alcoólica.

O juiz levou em consideração a necessidade de adotar medidas protetivas, para evitar o cometimento de atos infracionais por crianças e adolescentes e evitar também que eles sejam vítimas de crimes.

"A frequência de menores nesses locais é considerável, portanto essa portaria é para regulamentar o acesso. Esses locais, de certa maneira, prejudicam a formação do caráter e a personalidade da criança e do adolescente", relata na portaria.

"É preocupante a grande incidência de venda de bebidas alcoólicas e entorpecentes a menores de idade", diz outro trecho da portaria, justificando a elabo-



Tavares diz que é preocupante a incidência de venda de bebidas

“

As polícias Civil e Militar podem conduzir os infratores, se for o caso, à Delegacia de Polícia competente para as providências adequadas”

Delvan Tavares  
Juiz

ração do documento.

A portaria versa que os pais, a sociedade e os setores que exploram atividades nessa área necessitam de um instrumento normativo mais esclarecedor para, entre outras finalidades, prevenir responsabilidades.

"Existe, sim, a necessidade de disciplinar o acesso e a permanência desses menores aos locais citados. É uma ferramenta importante para a comarca", ressalta Delvan Oliveira.

**Explicação** - No artigo 3º, a portaria explicita que são proibidos o acesso e a permanência de crianças e adolescentes menores de 15 anos em festas, boates, bares, shows, serestas, encontros de som automotivo e congêneres, ainda que acompanhados de pais ou responsáveis.

Conforme documento, a exceção são os eventos compatíveis com a faixa etária ou festividades de cunho familiar, tais como aniversários, bailes de formatura, casamentos, e festas escolares.

"Em nenhuma hipótese serão permitidos o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em locais onde se realizem eventos de cunho libidinoso ou

pornográfico, inclusive nas adjacências desses locais, tais como terraços, calçadas e estacionamentos", diz portaria.

O documento esclarece que os responsáveis pelos eventos e locais descritos deverão afixar, em local visível e de forma legível, nos pontos de venda de ingressos e de realização do evento, a proibição quanto à idade permitida para acesso e permanência de crianças e adolescentes.

Quem descumprir será penalizado conforme o artigo nº 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que aborda sobre descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.

A pena é de multa de três a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

De acordo com Delvan Tavares, o cumprimento da portaria será fiscalizado pela sociedade, por membros do Conselho Tutelar, pelo Comissariado de Justiça e pelas polícias Civil e Militar.

"As polícias têm o poder de cessar de imediato qualquer con-

ducta que contrarie essa portaria, bem como conduzir os infratores, se for o caso, à Delegacia de Polícia competente para as providências adequadas, sem prejuízo de imediata autuação administrativa", ressalta o juiz.

**Imperatriz** - Delvan Tavares será o principal convidado do Fórum de Conscientização sobre a Exploração Sexual de Criança, Mulheres e o Trabalho Infantil, que será promovido pela Diocese de Imperatriz. O evento será realizado amanhã, no ginásio de esportes da Igreja São Francisco, e a entrada será franca.

Durante o evento, o magistrado fará ampla explanação sobre as condutas que caracterizam crimes como trabalho infantil, tráfico de crianças, entre outros.

Também convidada para esse evento a secretária Municipal de Mulheres, Conceição Formiga, que abordará como identificar e prevenir tráfico e exploração sexual de mulheres.

Segundo o coordenador da programação, Francisco Kenedy, o fórum integra o conjunto de ações práticas que vêm sendo desenvolvidas pela diocese por meio da Campanha da Fraterni-

dade, que traz o tema *Fraternidade e Tráfico Humano*.

"Este ano, a campanha aborda várias situações de tráfico humano, desde o de crianças, o trabalho infantil, a venda de órgãos, o tráfico de pessoas para a exploração sexual e o trabalho escravo", explica o coordenador.

Entre os pontos abordados pela campanha o trabalho escravo, segundo Kenedy, é mais comum com a particularidade que as pessoas são enganadas. Ele ressaltou que cada paróquia está desenvolvendo ações e a de São Francisco vem implementando reuniões ou novenas nas casas. "A campanha nos traz a reflexão sobre os problemas, mas, acima de tudo, nos leva a ficar alertas, a identificar os casos e a fazer denúncias às autoridades", diz.

O fórum é aberto à comunidade, mas tem um papel fundamental para os paroquianos que atuam diretamente na campanha, que funcionará como uma espécie de capacitação.

A Campanha da Fraternidade foi lançada na Diocese de Imperatriz no dia 9 deste mês durante celebrações especiais nas 24 paróquias diocesanas.

# Justiça condena Chagas a 108 anos de reclusão

Mecânico foi condenado ontem, durante júri em Paço do Lumiar, a 108 anos e seis meses de reclusão pelo assassinato de três crianças em 1997; pena acumulada chega a 385 anos. **Mais sobre o caso em Polícia 6**



Agente contém Francisco das Chagas depois de agressões e tumulto antes do júri

# Chagas tenta agredir familiares de vítimas e jornalistas durante júri

Réu, que foi julgado na Comarca de Paço do Lumiar em dois processos correspondentes a três crimes, foi xingado ao chegar ao local; até o fechamento desta página, o corpo de jurados ainda não tinha concluído a votação da pena

Douglas Júnior

**Ismael Araujo**  
Da Editoria de Polícia

**T**umulto, revolta, xingamento e agressões físicas marcaram o início do julgamento do mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 50 anos, ocorrido ontem na Comarca de Paço do Lumiar. A sessão foi realizada no Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), no Maiobão. Ele foi julgado em dois processos relacionados a três crimes cometidos em 1997. O primeiro caso teve como vítimas Raimundo Nonato da Conceição Filho, de 12 anos, e Eduardo Rocha da Silva, de 13 anos. Já no segundo, o processo diz respeito ao homicídio de Edvan Pinto Lobato, de 12 anos, encontrado morto nas proximidades do Maiobão. Até o fechamento desta página, às 21h30, o resultado do julgamento ainda não tinha sido anunciado.

Foi a 11ª vez que Chagas sentou ao banco dos réus. Nos 10 primeiros júris, acumulou uma pena de 277 anos de condenação em regime fechado. A sessão de ontem foi presidida pela juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paço do Lumiar, Jaqueline Reis Caracas, e contou ainda com a participação da promotora Gabriela Brandão e representando a defesa do réu, a defensora pública Gerusa Andrade. O corpo de jurados foi composto por dois homens e cinco mulheres da comunidade onde ocorreram os crimes.

Por volta das 8h, o réu chegou ao local algemado, acompanhado apenas por dois agentes penitenciários. Antes de entrar no auditório, a irmã de uma das vítimas, identificada como Silma do Vale, tentou agredi-lo com um soco no rosto. Chagas acabou revidando com pontapés e gritando palavras de baixo calão. "O que eu fiz é pouco pelo que ele fez ao meu irmão,



Francisco das Chagas teve de ser contido pelos agentes após tumulto e agressões no fórum

pois tirou a sua vida de uma forma cruel e bárbara", desabafou Silma do Vale.

Além disso, Chagas, ao passar próximo a uma repórter, aplicou-lhe um pontapé e a xingou com palavras ofensivas à integridade moral da jornalista. O réu disse à juíza que tinha assinado o termo de dispensa de comparecimento ao julgamento e, sob a custódia de policiais militares, foi levado de volta ao Presídio São Luís, em Pedrinhas, onde está cumprindo pena.

Quem também estava presente era José Alberto da Silva, pai de Eduardo Rocha. Ele disse que queria justiça por seu filho e para as outras crianças, mortas de forma brutal. "Se o meu filho estivesse vivo hoje, estaria agora trabalhando e contribuindo com as despesas da casa. Sem falar da dor, que nunca passou", declarou.

**Detalhes** - Uma das primeiras pessoas a ser interrogadas pela promotora e a defensora públi-

ca foi o cadeirante Raimundo Nonato da Conceição, de 79 anos, pai de Raimundo Filho. Ele estava acompanhado pela filha, Joana Almeida, de 43 anos. Mesmo com a fala muito baixa e arrastada devido a um derrame ele pediu ao júri justiça e lembrou perfeitamente quando o filho disse a seus familiares que iria sair com o homicida, no dia do crime.

Um dos depoimentos mais reveladores e cheio de detalhes sobre as mortes das vítimas foi o do delegado João Carlos Amorim e de funcionários do Instituto de Criminalista (Icrim) que fizeram a perícia na casa de Chagas. Segundo o delegado, ele foi chamado em 2003 pela Secretaria de Segurança Pública para investigar o desaparecimento de crianças na Grande Ilha de São Luís. No primeiro momento, cada morte foi investigada de forma isolada, mas, devido ao grau de semelhança que havia nos crimes (as vítimas eram emasculadas, violentadas

e os corpos encontrados em matagal), acabaram assumindo uma outra linha investigativa. "A equipe ficou no aguardo de uma nova vítima do maníaco. Isso ocorreu em dezembro de 2003 com a morte de Jhonatan Silva, no Jardim Tropical", frisou.

Ele disse que a partir dessa vítima foi que a polícia prendeu Francisco das Chagas, na época, morador na área do Jardim Tropical. Após esse fato ocorreram trocas de informações com os policiais federais, lotados no Pará, que estavam investigando as mortes de crianças em Altamira. Além disso, com o testemunho do irmão da vítima Alexandre Santos confirmou a participação do mecânico nos outros homicídios.

**Condenações** - A primeira condenação de Francisco das Chagas ocorreu no dia 26 de outubro de 2006. Foram três dias de julgamento, e ele acabou condenado a 20 anos e oito meses de prisão por homicídio du-

plamente qualificado, cuja vítima foi o adolescente Jonnathan Silva Vieira, 15.

Já o último julgamento aconteceu na 1ª Vara de São José de Ribamar, em 2012, quando foi considerado culpado pelo assassinato, por afogamento em um brejo, de mais uma criança, de 9 anos, sendo condenado a 27 anos de prisão. Os processos tramitam na 1ª e 2ª varas de São José de Ribamar, na 1ª Vara de Paço do Lumiar e 9ª Vara Criminal de São Luís. Nas varas de São José de Ribamar existem 14 processos contra o mecânico e outros nove em Paço do Lumiar. O

mecânico teria assassinado pelo menos 42 meninos, sendo 30 no Maranhão e 12 no Pará.

Na 9ª Vara Criminal de São Luís, o mecânico responde por mais dois homicídios. Ele já foi julgado e condenado a 29 anos por um dos crimes, novamente praticado contra um menor. O segundo processo está aguardando para ser incluído na pauta do júri naquela unidade. Inicialmente o processo fora distribuído para a 4ª Vara do Tribunal do Júri, mas depois foi encaminhado para a 9ª Criminal, devido à competência para processar e julgar crimes contra crianças.

## Vítimas de Chagas

- 1) Alexandre de Lemos Pereira
- 2) Antônio Reis Silva
- 3) Bernardo da Silva Modesto
- 4) \*Bernardo Rodrigues Costa - corpo encontrado nas matas de S.J.Ribamar
- 5) Carlos Wagner dos Santos Sousa
- 6) \*Daniel Ferreira Ribeiro - corpo encontrado na Vila José Reinaldo
- 7) \*Diego Gomes Araújo - corpo encontrado na Vila José Reinaldo
- 8) Edivan Pinto Lobato
- 9) Eduardo Rocha da Silva
- 10) Evanilson Cantanhede Costa
- 11) \*Hermógenes Colares - corpo encontrado nas matas de Santana
- 12) \*Ivanildo Povoas Ferreira - corpo encontrado na Maiobinha
- 13) Jailson Alves Viana
- 14) Jonnathan Silva Vieira
- 15) \*Josemar de Jesus Batista - corpo encontrado no povoado Santana
- 16) \*Julio César Pereira Melo - corpo encontrado nas matas de Ubatuba
- 17) Laércio Silva Martins
- 18) Nerivaldo dos Santos Pereira
- 19) \*Nonato Alves da Silva - corpo encontrado nas matas de Ubatuba
- 20) Rafael Carvalho Carneiro
- 21) \*Raimundo Luís Sousa Cordeiro - corpo encontrado nas matas de Santana
- 22) Raimundo Nonato da Conceição Filho
- 23) \*Ranier Silva Cruz - corpo encontrado no Paraná
- 24) \*Welson Frazão Serra - corpo encontrado na Vila Jair
- 25) \*Alexandre dos Santos Gonçalves - corpo encontrado São Brás dos Macacos
- 26) \*Sebastião Ribeiro Borges - corpo encontrado matas de Santana
- 27) Jondelvanes Macedo Escócio
- 28) Emanuel Diego de Jesus Silva
- 29) Não identificado
- 30) \*Não identificado - corpo encontrado no Araçagi

\*Casos que aconteceram em São José de Ribamar

Fonte: Centro de Defesa Marcos Passerini

## Vara da Família

**No próximo dia 11 de abril**, a 2ª Vara de Família da Comarca de Imperatriz vai promover uma etapa do projeto "Casamentos Comunitários". A cerimônia terá, aproximadamente, 100 casais e as inscrições serão gratuitas. De acordo com o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara de Família, a edição do casamento é direcionada, preferencialmente, aos moradores do Bairro da Leandra, que já convivem em união estável. Vale dizer, que para a escolha do bairro, foi levado em consideração o Projeto Justiça nos Bairros, desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça. O projeto é uma iniciativa da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, que vem imprimindo uma gestão voltada para os anseios sociais.

## ENCONTRO DE CORREGEDORES

De 02 a 04 de abril a capital maranhense será palco de importantes debates sobre a melhoria da prestação dos serviços da Justiça. São Luís vai receber a 65ª edição do Encontro de Corregedores de Justiça do Brasil, que será realizado no Hotel Luzeiros, Ponta do Farol. Para a desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça do Maranhão e presidente do Colégio de Corregedores, o encontro realizado em São Luís tem o propósito de discutir questões de interesse da Justiça e reforçar uma nova era que está sendo inaugurada no Judiciário brasileiro: com foco na valorização do juiz e na melhoria da estrutura da Justiça de 1º grau.

## Antes de julgamento, Francisco das Chagas xinga e tenta agredir repórter

Pag. 11



# Antes de julgamento, Francisco das Chagas xinga e tenta agredir repórter

Ele responde pela morte de três meninos em Paço do Lumiar, no MA. Mecânico é acusado de matar 42 meninos entre 1991 e 2004

Hostilizado por parentes das vítimas, o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues Brito, de 50 anos, reagiu com xingamentos e tentou agredir uma repórter na manhã desta quarta-feira (26), durante o julgamento pela morte de mais três vítimas, na 1ª Vara de Paço do Lumiar, no Maranhão.

O julgamento só começou após a chegada de uma guarnição da Polícia Militar para garantir segurança do réu e a quem participa do julgamento. Segundo informações de testemunhas, o réu era levado para o Salão do Júri quando foi empurrado pelo parente de uma das vítimas e reagiu, atingindo uma repórter de TV e xingando os presentes.

A juíza Jaqueline Reis Caracas então dispensou a presença do réu, que foi levado de volta para o Presídio São Luís, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital maranhense. Dez testemunhas foram ouvidas pela manhã, entre elas, o delegado responsável pelo caso, dois peritos criminais e os pais de duas das vítimas. À tar-



**Chagas ficou irritado porque foi hostilizado por familiares de vítimas**

de, será a vez de debates entre defesa e acusação.

O julgamento desta quarta é pela morte de Raimundo Nonato da Conceição Filho, de 11 anos, Eduardo Rocha da Silva, 10, e Edivam Pinto Lobato, 12. Os corpos dos dois primeiros foram encontrados em 1997, na Vila Nova Jerusalém, e o terceiro, em uma construção per-

to da Vila São José, ambas localidades de Paço do Lumiar. As três vítimas estavam com os órgãos genitais e um dos dedos cortados.

É a 11ª vez que Francisco das Chagas vai a julgamento. Ele é acusado de matar e mutilar 42 meninos entre 1991 e 2004. O mecânico responde por 30 mortes no Maranhão e mais

12 no Pará, onde viveu entre 1989 e 1993. Todas as vítimas tinham o mesmo perfil: faixa etária entre 4 e 15 anos de idade e eram de famílias pobres.

As dez condenações anteriores já somam 277 anos de prisão. O 'Caso dos Meninos Emasculados', como ficou conhecido, teve repercussão internacional. **Fonte: GIMA**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS**

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 13189-14.2008.8.10.0001

PARTE(S) REQUERENTE(S): MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE  
CONSÓRCIOS LTDA - MULTIMARCAS CONSÓRCIOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ PAULINO DA SILVA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Alice de Sousa Rocha, Juíza de Direito  
Titular da 5ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

**FINALIDADE**

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **JOSÉ PAULINO DA SILVA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 5 (cinco) dias: a) entregar o bem depositá-lo em Juízo ou depositar o valor do débito, acrescido de custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da dívida; b) contestar a ação (CPC, art. 902), devendo consignar-se que, não cumprida à entrega do bem e não contestada a ação, ser-lhe-á decretada à revelia, aplicando-lhe a pena de confissão, tendo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 c.c. 319). E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito. Defiro o pedido de fls.57/62, eis que contém a expressa estimação pecuniária do valor do bem nos documentos acostados aos autos e, com fundamento no art. 4.º do Decreto-Lei n.º 911/69, com redação da Lei n.º 6.017/74, converto a Ação de Busca e Apreensão em Ação de Depósito (CPC, arts. 901/906). Efetuem-se as necessárias anotações, inclusive no Distribuidor, e retifiquem-se a autuação e registros cartorários. Cite-se o requerido, via edital, observando a secretaria as exigências contidas no art. 232, itens II e III do CPC, para, no prazo de 5 (cinco) dias: a) entregar o bem depositá-lo em Juízo ou depositar o valor do débito, acrescido de custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da dívida; b) contestar a ação (CPC, art. 902), devendo consignar-se no mandado que, não cumprida à entrega do bem e não contestada a ação, ser-lhe-á decretada à revelia, aplicando-lhe a pena de confissão, tendo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 c.c. 319). Intime-se a parte autora para providenciar as publicações que lhe são atinentes, bem como depositar os valores necessários a presente citação. Cumpra-se. Serve esta decisão como **MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO**. São Luís (MA), 26 de julho de 2013. ALICE DE SOUSA ROCHA, Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível da Capital.

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos vinte e cinco dias do mes de fevereiro de dois mil e quatorze.

**ALICE DE SOUSA ROCHA**  
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS**

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 3060-47.2008.8.10.0001

PARTE(S) REQUERENTE(S): MULTIMARCAR ADMINISTRADORA DE  
CONSÓRCIOS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): OZEAS BATISTA RODRIGUES PEREIRA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ALICE DE SOUSA ROCHA, Juíza de  
Direito da 5ª VARA CÍVEL da Comarca de SÃO LUÍS , Estado do Maranhão.

**FINALIDADE**

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **OZEAS BATISTA RODRIGUES PEREIRA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que efetue o pagamento integral do débito no prazo legal de 03 (três dias), devidamente corrigidos e acrescidos de juros de mora, custas processuais e honorários advocatícios. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe.

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos dezessete dias do mes de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

**ALICE DE SOUSA ROCHA**  
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível

# CASA DOS EMASCULADOS

**Novo julgamento  
de Francisco das  
Chagas começa  
com tumulto**

URBANO

## EMASCULADOS

# Julgamento de Chagas tumultuado

A chegada de Francisco das Chagas foi marcada por confusão, na manhã de ontem. O acusado ao se dirigir para o Salão do Júri, foi empurrado por um parente de uma das vítimas, e para se defender, Chagas atingiu uma repórter de Tv. O julgamento iniciou somente após o reforço policial chegar ao local para garantir a segurança.

Diante do ocorrido, a Juíza Jaqueline Reis Caracas providenciou o retorno imediato do réu para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Na continuação do julgamento a juíza ouviu dez testemunhas, entre

elas os pais de duas crianças, o delegado responsável pelo caso e ainda dois peritos. Pela tarde foram ouvidas a defesa e a acusação do réu.

Inquirido em um processo que envolve crimes contra 42 crianças na região metropolitana de São Luís, Francisco das Chagas ficou conhecido nacionalmente como autor do caso "Os Meninos Emascarados do Maranhão". Chagas já recebeu 10 condenações de apenas parte dos crimes e somam um total de uma pena de 277 anos de prisão em regime fechado. Enfrentando o seu 11º julgamen-

to, Francisco das Chagas está sendo acusado pela morte de três das crianças mortas brutalmente no ano de 1997: Eduardo Rocha da Silva, de 10 anos; Raimundo Nonato da Conceição Filho, de 11 anos e Edivam Pinto Lobato, de 12 anos. Duas das vítimas foram encontradas em um matagal da invasão conhecida como "Nova Jerusalém" no município de Paço do Lumiar, ainda em 1997. A outra criança foi encontrada no mesmo ano, nas proximidades da Maioba. Os corpos das crianças foram encontradas com os órgãos genitais retirados

## Bairro Leandra vai receber edição do 'Casamento Comunitário'

O projeto já existe há alguns anos em Imperatriz e no dia 11 de abril chegará ao Leandra com a missão de legalizar a união de aproximadamente 100 casais, moradores do bairro. O evento é realizado pela 2ª Vara de Família, não cobra taxas e tem a parceria de cartórios e igrejas católicas e evangélicas, além de associação de moradores.

A etapa do 'Casamento Comunitário' no bairro Leandra tem base no projeto Justiça nos

Bairros, da Corregedoria Geral da Justiça, que tem o objetivo de levar às comunidades mais carentes melhorias que contribuam para a qualidade de vida.

Na manhã de ontem, o vereador Antônio José anunciou na Câmara de Vereadores que a Prefeitura de Imperatriz, por meio da Secretaria de Infraestrutura, vai levar ao bairro uma 'força tarefa' no sentido de limpar e melhorar as condições das ruas do bairro. (Hemerson Pinto)

## **Interdição**

Na última quinta-feira, 20, a juíza da Vara de Execuções Penais, Janaína Araújo, acolheu o pedido do Ministério Público e decretou a interdição parcial das unidades prisionais de Imperatriz para o recebimento de novos presos. A decisão deverá ser cumprida até que sejam adotadas as medidas necessárias de entrega do novo presídio e a completa reforma da CCPJ local, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00.

## **Última**

Foi a última ação da magistrada como juíza da Vara de Execuções Penais. Já no final do dia, ela foi removida para a vara criminal. A execução ficará sob responsabilidade do juiz Armindo Reis, filho do desembargador Mário Lima Reis. Ele manteve a decisão da colega Janaína Araújo.

## **Presídio**

Afinal, quando ficará pronto mesmo o presídio de Imperatriz? Uma comissão esteve visitando o local e pôde constatar que está faltando pouco para que seja concluído. O ex-gestor da Sejap, Valmir Alves, lutou muito para que o presídio fosse concluído e os apenados pudessem contar com um local mais amplo para recebê-los. Saiu sem concretizar este projeto.

## Sem segurança, juiz é ameaçado por manifestantes na Comarca de Arame

O Poder Judiciário e o Ministério Público Estado do Maranhão foram desrespeitados e ameaçados na manhã dessa terça-feira (25), no município de Arame, a 459 KM de São Luís. O juiz Holidice Barros e o promotor de justiça Carlos Róstão, ambos titulares da Comarca de Grajaú, mas respondendo por Arame, foram praticamente expulsos da cidade sob fogos de artifício durante uma manifestação de motociclistas. A Polícia Militar nada pode fazer porque, segundo o magistrado, a cidade de Arame só tem um policial.

Tudo começou com uma campanha que o promotor Carlos Róstão está realizando na comarca de Arame para que os motociclistas cumpram o que determina a lei e só tra-

feguem usando capacete. Além disso, o promotor fixou prazo para que a população se adeque a essa regra. “Trata-se de uma norma que visa preservar a segurança do condutor da moto e da própria população”, esclareceu o juiz Holidice Barros.

Ocorre que parte da população que utiliza motocicleta, além de se recusar a cumprir as exigências do promotor, decidiu realizar, nessa terça-feira, um protesto, interditan-do a via que interliga os municípios de Arame e Buriticupu.

O juiz Holidice Barros e o promotor Carlos Róstão, ao se deslocarem de Grajaú para a realização de audiências em Arame, foram hostilizados pelos manifestantes. Após constatarem que só havia um policial na cidade, eles solici-

taram ao comandante do Batalhão de Grajaú que enviasse reforço, seguindo para Arame apenas dois policiais e uma viatura.

Apesar da presença dos três policiais, o clima continuava tenso em Arame. O juiz e o promotor foram então aconselhados pelos policiais a deixarem a cidade, pois estes não tinham condições de garantir a segurança, o que fizeram de imediato, suspendendo as audiências e os demais atos processuais já designados para o dia. De acordo com Holidice Barros, os manifestantes comemoraram a saída deles com uma salva de foguetes.

A Associação dos Magistrados (AMMA) tomou conhecimento do problema no início da tarde, encaminhando ofício à Presidência do Tribu-

nal de Justiça denunciando o clima de insegurança. De acordo com o presidente Gervásio Santos, a situação de ameaça que o juiz Holidice Barros sofreu não diz respeito somente a ele, mas a toda Magistratura do Maranhão.

Para Gervásio Santos, o estado do Maranhão está à beira da barbárie por absoluto descaso do Governo do Estado com a segurança pública. “O que aconteceu hoje no município de Arame foi uma afronta ao Estado do Direito, com a vitória da barbárie em detrimento da lei”.

## Assim é

Em cidades pequenas do Maranhão e de outros estados motoqueiros não usam capacete, aproveitando a falta de fiscalização. Acostumados, quando são obrigados a cumprir com o Código Nacional de Trânsito ficam zangados. É o que está acontecendo em Arame. O promotor de justiça Carlos Róstão Martins Freitas pediu à Justiça a fixação de prazo para a obrigação do uso de capacete. O pedido foi acatado pelo juiz Holídice Cantanhede Barros, gerando revolta de parte dos condutores, que fizeram manifestação na cidade na terça-feira, 25. O MP não recuará, garantindo que vai continuar trabalhando, diuturnamente, para assegurar o fiel cumprimento da lei.

## TRT-MA libera 132 processos em fase de precatórios

O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), por meio da Coordenadoria de Precatórios, está liberando, desde sexta-feira (21), o pagamento de 35 precatórios trabalhistas do Governo do Estado do Maranhão, inscritos no orçamento de 2013. No total, serão liberados 45 alvarás no valor de R\$ 3.011.970,28. Com o pagamento de todos os precatórios do orçamento de 2013 o passivo do Estado do Maranhão zera, restando apenas os precatórios relativos ao orçamento de 2014.

A coordenadora de Precatórios, Suzana Regina Pontes de Castro Moreira, informou que também foram liberados alvarás referentes a precatórios dos municípios de São Luís, Rosário, Nina Rodrigues, Codó, Axixá, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria, Igarapé do Meio e Caxias. Os crê-

ditos trabalhistas do Estado e municípios totalizam R\$ 4.760.795,96, correspondentes a 132 processos em fase de precatórios.

Desse total, a quantia de R\$ 1.367.365,97 foi liberada ao pagamento de 48 precatórios do Município de São Luís, incluindo todos os de trâmite preferencial de idosos e doentes. Os demais precatórios pendentes de pagamento aguardam depósito mensal a ser liberado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, pois o município optou, na época, pelo Regime Especial.

Do Município de Rosário foi liberado o pagamento de três precatórios, no valor de R\$ 16.584,66; do Município de Nina Rodrigues, liberados dois precatórios de R\$ 32.110,37 e R\$ 18.891,38, encontrando-se totalmente quitados. Do Município de Codó, foi liberado o pagamento de três precatóri-

os, nos valores de R\$ 8.784,85; R\$ 8.327,13 e R\$ 7.459,78, estando totalmente quitados. Do Município de Axixá foi liberado o pagamento de dois precatórios: um no valor de R\$ 17.878,83 e o outro no valor R\$ 50.854,26.

Já em relação ao Município de Santa Luzia do Paruá foi liberado o alvará do Precatório nº 90015/2012 no valor de R\$ 3.961,71. Em relação ao Município de Santa Quitéria, liberado o alvará do precatório nº 90817/1995 no valor de R\$ 19.563,42, encontrando-se quitado. Do Município de Igarapé do Meio está sendo liberado o alvará do Precatório 90102/2013 no valor de R\$ 20.954,86. Do Município de Caxias estão sendo liberados os alvarás de 36 precatórios no valor total de R\$ 146.189,62.

Além da liberação dos alvarás, a Coordenadoria de Pre-

catórios firmou proposta de pagamento com 39 municípios que possuem precatórios com débitos inscritos no ano orçamentário de 2014 e quatro ainda aguardam prazo de resposta da municipalidade.

“Mais uma vez nosso setor consegue, com a liberação dos créditos trabalhistas, atender com satisfação, celeridade e compromisso, a prestação jurisdicional. Apesar do número reduzido de servidores, no total de quatro, esta Coordenadoria vem mantendo sua qualidade nos trabalhos desenvolvidos, com empenho e dedicação, pois em quatro dias conseguimos proceder à liberação dos alvarás”, observou Suzana Castro. (Ascom-TRT)

## Motorista que matou o primo a tiros na Vila Ipiranga é preso

Flávio Costa da Silva, 28 anos, morreu no Socorrão 24 horas depois de ter sido internado

Foi preso nessa quarta-feira (26) o motorista Reis Falcão Costa Troczinski, 30 anos, acusado de ter assassinado o próprio primo, o agente de comércio Flávio Costa da Silva, de 28 anos.

Flávio foi baleado com três tiros no dia 11 do corrente mês, na Rua A, Vila Ipiranga, e morreu no Socorrão. Ele foi atingido nos braços e no abdômen.

Reis Falcão Costa chegou a se apresentar à polícia espontaneamente e prestou depoimento ao delegado Jefferson Serra, do 5º Distrito Policial, localizado na Vila Lobão, ocasião em que confessou o crime e até entregou a arma usada, um revólver calibre 38. Ele estava acompanhando do seu advogado.

Na ocasião, foi ouvido e liberado, por já estar fora do flagrante delito. Entretanto, foi indiciado por homicídio duplamente qualificado por motivo fútil, já que ele baleou o primo mortalmente por um saco de cimento, e teve a prisão preventiva solicitada e decretada pelo então juiz titular da 2ª Vara Criminal, Armindo Reis.

Reis Falcão se encontrava na cidade de Rondon do Pará. Ao tomar conhecimento da prisão preventiva, retornou a

O PROGRESSO



**Reis Falcão Costa Troczinski está à disposição da Justiça**

Imperatriz e, novamente com o seu advogado, apresentou-se ao delegado Jefferson Serra na delegacia do 5º DP, onde recebeu voz de prisão pela autoridade policial, que cum-

priu o mandado em seu desfavor.

Reis Falcão se encontra à disposição da Justiça em uma das celas da Delegacia Regional de Imperatriz.

Nacional \_\_\_\_\_

## CCJ da Câmara aprova cota para negros no serviço público

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (26) projeto de lei que reserva para negros e pardos ao menos 20% das vagas em concursos públicos da administração federal. O texto ainda precisa passar pelo plenário da Casa para seguir para votação no Senado. **Página 3**

## CCJ da Câmara aprova cota para negros no serviço público

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (26) projeto de lei que reserva para negros e pardos ao menos 20% das vagas em concursos públicos da administração federal. O texto ainda precisa passar pelo plenário da Casa para seguir para votação no Senado.

A proposta limita a aplicabilidade das cotas ao prazo de dez anos. De acordo com o texto, as cotas valerão em concursos realizados para a administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, como Petrobras, Caixa Econômica Federal, Correios e Banco do Brasil. O projeto não estende as cotas para os poderes Legislativo e Judiciário.

O projeto foi encaminhado pelo governo ao Congresso em novembro de 2013, em regime de urgência.

Pela proposta, a reserva será oferecida sempre que a oferta no concurso for superior a três vagas. Poderá concorrer pelo sistema de cotas o candidato que se autodeclarar preto ou pardo no ato da inscrição do

concurso. Na justificativa do projeto, o governo alega que a matéria é uma "política afirmativa" necessária para solucionar o problema da sub-representação de negros e pardos no serviço público federal.

O relator da proposta na CCJ, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), aceitou emendas (sugestões de alteração no texto) ao projeto original. Uma delas estende a norma das cotas para cargos comissionados. Outra permite ampliar para 30% a reserva de vagas destinada a negros e pardos, incluindo indígenas. Embora altere a proposta original (20%), esta última emenda foi considerada constitucional pela comissão, e caberá ao plenário decidir qual dos dois percentuais será adotado.

De acordo com Picciani, o Legislativo e o Judiciário não foram incluídos na proposta por dependerem de decisões próprias. "Para o Legislativo, caberia às mesas diretoras da Câmara e do Senado propor. No caso do Judiciário, cabe ao Supremo Tribunal Federal mandar o projeto", disse. O relator disse, ainda, acreditar que o país está preparado para a proposta.

"Eu acho que o Brasil já aprovou lei de cotas tardiamente. Os Estados Unidos fizeram logo no pós-Segunda Guerra Mundial ações afirmativas de cotas. É uma medida que é importante de aprovar, e esta é a hora", completou.

## ***Casamento comunitário encerra inscrições em Sucupira do Norte***

A Comarca de Sucupira do Norte encerrou na terça-feira, 25, as inscrições para o casamento comunitário que a unidade promove no próximo dia 10 de abril. A cerimônia vai ser realizada no espaço de eventos da casa de show Mansão do Forró (Alameda Luis Gonzaga Carneiro, Centro, Sucupira do Norte), a partir das 17h.

Decoração especialmente preparada para a ocasião, música, bolo decorado e coquetel brindam os noivos que irão participar do casamento. Brindes doados por comerciantes locais serão sorteados entre os nubentes que terão direito ainda a uma queima de fogos para celebrar o evento.

Preside o evento a titular da Comarca de Mirador, juíza Carolina de Sousa Castro, atualmente respondendo por Sucupira do Norte.

Gratuitos - Inaugurado no ano de 1999, o Projeto Casamento Comunitário, do Poder Judiciário do Maranhão, tem por objetivo promover a união oficial de casais carentes. Todos os atos relativos ao casamento são gratuitos.

Em Sucupira do Norte, a cerimônia a ser realizada em 10 de abril marca a realização do primeiro casamento comunitário na comarca.

Comarca - Distante 510 km da capital, Sucupira do Norte é comarca de entrância inicial e foi instalada em 30 de agosto de 2008. A sede do Poder Judiciário no município está localizada na Praça da República, s/nº. – Centro.

## Happy-our

Ainda como parte das comemorações pela passagem do Dia Internacional da Mulher, a OAB/MA promove hoje, no Restaurante Maracangalha, um happy hour especial para advogadas, a partir das 19h. O bate-papo será comandado pelas conselheiras seccionais e contará com a presença da desembargadora e corregedora-geral da Justiça do TJ/MA, Nelma Sarney; da endocrinologista, Honorina Lopes; e da presidente da Associação Comercial, Luzia Fonseca Rezende.

## ***Desembargador Vicente de Paula é plantonista do TJMA até domingo***

O desembargador Vicente de Paula responde pelo plantão de 2º grau até domingo (30), conforme portaria 02/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Silva Freire.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Jean Souza e Mayco Pinheiro, que podem ser encontrados no (98) 8844-9049. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

• De 02 a 04 de abril a capital maranhense será palco de importantes debates sobre a melhoria da prestação dos serviços da Justiça. São Luís vai receber a 65ª edição do Encontro de Corregedores de Justiça do Brasil, que será realizado no Hotel Luzeiros, Ponta do Farol.

## ***MA se prepara para receber corregedores da Justiça do Brasil***

De 02 a 04 de abril a capital maranhense será palco de importantes debates sobre a melhoria da prestação dos serviços da Justiça. São Luís vai receber a 65ª edição do Encontro de Corregedores de Justiça do Brasil, que será realizado no Hotel Luzeiros, Ponta do Farol.

## *Juiz e promotor são expulsos de cidade do MA por motoqueiros*

Um juiz e um promotor de Justiça foram expulsos, terça-feira, de Arame, sob uma saraivada de fogos de artifícios, por motoqueiros que faziam uma manifestação contra o uso de capacete na cidade. A campanha pelo cumprimento da

lei que desagradou os motoqueiros é levada a cabo pelo juiz Hóldice Cantanhede Barros e o promotor de Justiça Carlos Róstão Martins Freitas, que ontem tiveram de abandonar a cidade, por falta de segurança.

**PÁGINA 6 [C1]**

## Juiz e promotor são expulsos de cidade do MA por motoqueiros

*O juiz Holídice Barros e o promotor Carlos Róstão foram hostilizados por fazer campanha pelo respeito à lei que obriga motoqueiros a usarem capacete*

**OSWALDO VIVIANI**

Um juiz e um promotor de Justiça foram expulsos na terça-feira (25) de Arame (a 476 quilômetros de São Luís), sob uma saraivada de fogos de artifícios, por motoqueiros que faziam uma manifestação contra o uso de capacete na cidade.

A campanha pelo cumprimento da lei que desagradou os motoqueiros é levada a cabo pelo juiz Holídice Cantanhede Barros e o promotor de Justiça Carlos Róstão Martins Freitas – ambos titulares da comarca de Grajaú (a 600 quilômetros de São Luís), mas respondendo por Arame –, que ontem tiveram de abandonar a cidade, por falta de segurança.

A cidade de Arame só tem um policial militar. O juiz e o promotor solicitaram ao comandante do Batalhão de Grajaú que enviasse reforço, mas seguiram para Arame apenas dois PMs e uma viatura.

O juiz e o promotor foram então aconselhados pelos próprios policiais a deixar a cidade, pois estes não tinham condições de garantir a segurança dos representantes da Justiça, o que eles fizeram de imediato, suspendendo as audiências e os demais atos processuais já designados para o dia.

Os motoqueiros comemoraram a saída do magistrado e do promotor com uma salva de foguetes.

O caso já foi relatado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) à Presidência do Tribunal de Justiça.

Para Gervásio Protásio dos Santos, presidente da Amma, o Maranhão está à beira da barbárie por absoluto descaso do governo do Estado em relação à segurança pública.

“O que aconteceu em Arame foi uma afronta ao Estado de Direito, com a vitória da barbárie em detrimento da lei”, disse Protásio.

**‘BUZINAÇO’ E MEDO** – Ouvido por telefone pelo Jornal Pequeno, no fim da manhã de ontem (26), o juiz Holídice Barros, que está em Grajaú, disse que chegou a sentir medo quando um grupo de motoqueiros fez um “buzinaço” em frente ao Fórum de Arame, no início da tarde de ontem, momentos antes de ele e o promotor Carlos Róstão decidirem abandonar a cidade.

“Mas maior do que o medo é a indignação, o ultraje por sermos expulsos por querer trabalhar, cumprir nosso papel e fazer com que fosse respeitada uma norma que visa preservar a segurança do condutor da moto e da própria população”, afirmou o juiz Holídice Barros.

O magistrado disse que, “apesar da barbárie”, vai voltar a Arame “mais estimulado para trabalhar”.

Segundo o juiz, o Estado tem que dar mais policiais e mais estrutura para eles se manterem em Arame. “Deveríamos ter ao menos seis policiais militares e dois civis, mas eles não permanecem na cidade porque às vezes nem comida têm”.



**HOLÍDICE BARROS e Carlos Róstão: hostilizados em Arame**



**Pilotar sem capacete é comum em Arame e todo o interior do MA**

## ***População opinará sobre serviços do Judiciário***

O ouvidor-geral do Poder Judiciário, desembargador Paulo Velten, se reúne, nesta quinta-feira (27), às 19 horas, em Caxias – o terceiro maior polo judicial do Estado – com a comunidade, em audiência pública, com a participação de magistrados, integrantes do Ministério Público, entidades de classe, membros dos poderes Legislativo e Executivo, dirigentes de instituições e servidores da Justiça. O evento ocorrerá no Fórum Desembargador Arthur Almada Lima (Avenida Norte-Sul, Lote 02, Cidade Judiciária, Campo de Belém).

A audiência será a primeira de uma série de ações a serem desenvolvidas pela Ouvidoria visando a uma maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade. O objetivo é receber sugestões da população com vistas ao aprimoramento dos serviços judiciais nas comarcas de Codó, Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

# Arnaldo Melo nega acordo com governadora Roseana

INFORME JP – PÁGINA 3 [C1]

## Arnaldo Melo nega acordo com Roseana

O presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo, usou como interlocutor o líder do governo, deputado César Pires, ontem, para informar aos jornalistas que cobrem as atividades da Casa que não fez qualquer acordo com Roseana Sarney sobre eleição indireta para eleger o governador, caso ela renuncie para disputar o Senado Federal.

Arnaldo fez a declaração após uma série de especulações de bastidores sobre um suposto acordo que teria feito com a chefe do Poder Executivo para assumir o comando do estado, renunciar e entregar o governo para a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, convocar a eleição para eleger Luís Fernando, indiretamente.

A movimentação nos bastidores alvoroçou após a informação de que está tudo pronto para a governadora anunciar a renúncia, dia 03 de abril, para concorrer ao mandato de senadora, o que desencadearia todo o processo para eleger de forma indireta o sucessor.

Melo, segundo cálculos de parlamentares ligados ao Palácio dos Leões, conta com o apoio de 23 parlamentares e tem avisado aos seus apoiadores que se mantém irredutível em sua decisão de só assumir se for para ficar os oito meses que ainda restarão para o fim do mandato.

## TRT-MA libera 132 processos em fase de precatórios trabalhistas

O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), por meio da Coordenadoria de Precatórios, está liberando, desde sexta-feira (21), o pagamento de 35 precatórios trabalhistas do governo do Estado do Maranhão, inscritos no orçamento de 2013. No total, serão liberados 45 alvarás no valor de R\$ 3.011.970,28. Com o pagamento de todos os precatórios do orçamento de 2013 o passivo do Estado do Maranhão zera, restando apenas os precatórios relativos ao orçamento de 2014.

A coordenadora de Precatórios, Suzana Regina Pontes de Castro Moreira, informou que também foram liberados alvarás referentes a precatórios dos municípios de São Luís, Rosário, Nina Rodrigues, Codó, Axixá, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria, Igarapé do Meio e Caxias. Os créditos trabalhistas do Estado e municípios totalizam R\$ 4.760.795,96, correspondentes a 132 processos em fase de precatórios.

Desse total, a quantia de R\$ 1.367.365,97 foi liberada ao pagamento de 48 precatórios do Município de São Luís, incluindo todos os de trâmite preferencial de idosos e doentes. Os demais precatórios pendentes de pagamento aguardam depósito

mensal a ser liberado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, pois o município optou, na época, pelo Regime Especial.

Do Município de Rosário foi liberado o pagamento de três precatórios, no valor de R\$ 16.584,66; do Município de Nina Rodrigues, liberados dois precatórios de R\$ 32.110,37 e R\$ 18.891,38, encontrando-se totalmente quitados. Do Município de Codó, foi liberado o pagamento de três precatórios, nos valores de R\$ 8.784,85; R\$ 8.327,13 e R\$ 7.459,78, estando totalmente quitados. Do Município de Axixá foi liberado o pagamento de dois precatórios: um no valor de R\$ 17.878,83 e o outro no valor R\$ 50.854,26.

Já em relação ao Município de Santa Luzia do Paruá foi liberado o alvará do Precatório nº 90015/2012 no valor de R\$ 3.961,71. Em relação ao Município de Santa Quitéria, liberado o alvará do precatório nº 90817/1995 no valor de R\$ 19.563,42, encontrando-se quitado. Do Município de Igarapé do Meio está sendo liberado o alvará do Precatório 90102/2013 no valor de R\$ 20.954,86. Do Município de Caxias estão sendo liberados os alvarás de 36 precatórios no valor total de R\$ 146.189,62.

## Gabinete de Crise do TJ julgará processos em casos de calamidade

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, em sessão administrativa, resolução (52/2014) que cria o Gabinete de Crise – rede institucional formada por representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e Defesa Civil - com o objetivo de enfrentar e criar soluções em casos de calamidades ou desastres ambientais em todo o território maranhense.

A proposta foi encaminhada pelo coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, juiz Márlon Reis, e atende à Recomendação

nº 40 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A iniciativa, segundo o magistrado, considera a crescente instabilidade do clima global que vem gerando consequências desastrosas dos fenômenos naturais. “O Poder Judiciário, em algumas circunstâncias, tem a necessidade de decidir, emergencialmente, sobre o destino das pessoas e bens afetados por catástrofes climáticas, especialmente crianças e adolescentes de família atingidas e corpos sem sepultura, além do controle de funcionamento das atividades de cartórios extrajudiciais”, explicou.

## CASO DOS MENINOS EMASCULADOS

# Francisco das Chagas volta a sentar no banco dos réus

O mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, conhecido pelo 'Caso dos Meninos Emasculados', sentou ontem no banco dos réus, pela décima primeira vez. O acusado que já possui 10 dez condenações, que totalizam 277 anos de prisão, responde pela morte e mutilação de 42 meni-

nos, sendo 30 vítimas no Maranhão e 12 no Pará. A chegada de Chagas ao auditório do Instituto de Ensino Superior Franciscano, no Maiobão, local do julgamento, foi marcada por um princípio de tumulto entre familiares e profissionais da imprensa.

PÁGINA 13 (C1)



MÔNICA FERREIRA, mãe de Daniel, afirma que condenação de Francisco das Chagas jamais vai apagar sua dor

**CASO DOS MENINOS EMASCULADOS**

# Francisco das Chagas volta a sentar no banco dos réus

**JULLY CAMILO**

**O**ntem, o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 50 anos, conhecido pelo 'Caso dos Meninos Emasculados', sentou no banco dos réus, pela décima primeira vez. O acusado que já possui 10 dez condenações, que totalizam 277 anos de prisão, responde pela morte e mutilação de 42 meninos, sendo 30 vítimas no Maranhão e 12 no Pará, estado no qual viveu de 1989 a 1993. A chegada de Francisco das Chagas ao auditório do Instituto de Ensino Superior Franciscano, no Maiobão, em Paço do Lumiar, local do julgamento, foi marcada por um princípio de tumulto entre familiares e profissionais da imprensa, que chegaram a ser agredidos pelo acusado, que pediu dispensa da audiência e retornou ao Presídio de Pedrinhas. O mecânico foi julgado pelas mortes de Eduardo Rocha da Silva, 13 anos e Raimundo Nonato da Conceição Filho, 12 anos – em 1997, e Edivan Pinto Lobato, 12 anos, morto em 2002. Ele responde por homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver e atentado violento ao pudor.

A sessão foi presidida pela juíza da 1ª Vara Criminal, de Paço do Lumiar, Jaqueline Reis Caracas, a acusação foi realizada pela promotora Gabriela Brandão e a defesa pela defensora pública Gerusa Andrade. Foram sorteados sete jurados, dois homens e cinco mulheres. Ao todo foram arroladas 10 testemunhas, entre delegados, peritos, familiares e membros da comunidade. Os crimes teriam ocorrido entre os anos de 1991 a 2004 e todas as vítimas tinham o mesmo perfil: eram meninos, estavam na faixa etária de 4 a 15 anos e eram de famílias pobres. A atuação do mecânico, que está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, desde 2004, era semelhante em quase todos os casos, ele atraía as crianças para áreas de matagal com a falsa promessa de recompensas e praticava os crimes.

Silma do Vale, irmã da vítima Eduardo Rocha, se descontrolou ao ver Francisco das Chagas e deu um soco no rosto do acusado, que revidou com um chute, quando o mesmo chegou ao local do julgamento. Durante o tumulto a jornalista Andreza Miranda, da TV Cidade, também foi agredida pelo mecânico quando tentava realizar seu trabalho. "O crime envolvendo o meu irmão e o Raimundo Nonato, que na época estavam juntos, foi brutal e até hoje nos marca com muita dor e revolta. Infelizmente não pude lhe dar a lição que ele merecia, pois um soco é muito pouco diante da tragédia que ele causou a todos nós", afirmou.

O primeiro depoimento foi do aposentado Raimundo Nonato da Conceição, de 79 anos, pai da vítima Raimundo Nonato Filho, que acrescentou poucas informações ao processo, em razão de sua debilitada condições físicas. Em consequência de um derrame cerebral, que o deixou com a fala e a coordenação motora prejudicadas, desde a morte do filho, o aposentado informou apenas a pedido da promotoria que o menino havia saído na companhia do colega Eduardo, que era seu vizinho e logo desapareceram, sendo encontrado mortos. Ele lamentou a morte do filho e disse que se o menino ainda estivesse vivo hoje poderia ajudá-lo com a doença. A Defensoria Pública dispensou a testemunha e optou por não fazer questionamentos.

O segundo depoimento, que durou mais de uma hora, foi do delegado João Carlos Amorim, que na época trabalhava na Delegacia de Homicídios e foi uma das autoridades policiais a presidir o inquérito. Ele relatou que os processos estavam prontos, porém, sem autoria definida, e a pedido da Secretaria de Segurança Pública do Estado, o caso deveria ser retomado para definitiva resolução. "Em 2003 retomamos as investigações e traçamos uma linha de trabalho, embasados nas semelhanças dos crimes. Por exemplo, nas crianças eram praticadas as mortes por asfixia, já nos considerados pré-adolescentes os requintes eram mais cru-

éis e as lesões bem mais graves, como pedradas ou pauladas. No geral detectamos que de 1991 a 1996 ele retirou os órgãos genitais, mamilos, dedos, mãos e pele. De 1996 até 1999 praticou a emasculação e de 2000 a 2002 cortou dedos das mãos além da emasculação de suas vítimas, e somente em um dos meninos foi constatado o abuso sexual pós-morte", explicou.

De acordo com o delegado, a estratégia da polícia era aguardar o próximo caso e monitorar todas as notícias veiculadas na mídia referente aos crimes no período de maio a dezembro de 2003. Carlos Amorim explicou que no dia 6 de dezembro, do respectivo ano, familiares do menino Jonnathan Silva Vieira, 15 anos, morador do Jardim Tropical I, registraram uma ocorrência de desaparecimento na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop). "A irmã da vítima contou, à polícia, que Jonnathan teria levado sua bicicleta para consertar na oficina em que Chagas trabalhava e o mesmo teria lhe convidado para apanhar juçara, como se tratava de uma sexta-feira e o jovem tinha aula, deixou o encontro combinado para o sábado e assim o fez. Como a vítima não retornou para casa e mediante as informações prestadas pelos familiares, à polícia localizou o endereço do mecânico e o convidou a depor que informou não conhecer o adolescente e negou a versão dada pela irmã de Jonnathan, permitindo inclusive uma revista em sua casa, porém, apesar da colaboração sua prisão temporária foi expedida e ele foi preso", declarou.

Segundo Carlos Amorim, em janeiro de 2004 o caso foi redistribuído e enviado para a Delegacia de Homicídios, e no dia 16 de janeiro do respectivo ano, a ossada de Jonnathan Silva teria sido encontrada há 4 km de distância de sua residência, no Povoado Santana. O delegado explicou que outro fato que chamou a atenção foram às coincidências relativas às datas em que os crimes foram praticados. "O Chagas morava em Altamira no Pará, onde 12 crianças também foram mortas. Ele

só se mudou definitivamente para São Luís em 1994, porém, costuma vir aqui acompanhando a cunhada ou em outras ocasiões. Cruzamos algumas informações e percebemos que as datas em que ele esteve no Maranhão não aconteciam os crimes no Pará e vice-versa, foi então que pedimos que a Polícia Federal investigasse sua vida pregressa no outro estado e analisamos a semelhança na morte do Jonnathan com os emasculados. Diante de provas coletadas na casa do acusado e outros depoimentos, suspeitamos que ele poderia ter matado outros meninos. Foi então que ao retornar a casa do mecânico encontramos no chão de terra batido um pedaço de cartilagem humana e ao darmos início as escavações localizamos mais dois corpos em sacos plásticos, o do Daniel Ferreira Ribeiro, 4 anos, que era sobrinho de sua ex-mulher e do Diego Gomes Araújo. Ele não teve outra saída a não ser assumir e nos mostrar os locais dos crimes", relatou.

A mãe do pequeno Daniel Ferreira Ribeiro, de 4 anos, Mônica Regina Ferreira, 37, relatou que o mecânico foi casado com a irmã de seu marido; e, portanto, era considerado da família, mesmo o casal já tendo se separado. Ela pontuou que o crime ocorreu em 2003, e que o menino foi raptado de sua residência, durante a madrugada, enquanto dormia. "O que mais me revoltou foi que ele vivia entre nós e nos ajudou inclusive durante as buscas. Deu-me força, palavras de conforto, e enquanto isso meu filho estava enterrado dentro da casa dele, na Vila José Reinaldo Tavares, Cidade Olímpica. Nunca pude imaginar e também nunca pude dizer a ele o quanto o desprezo, pois quando a polícia encontrou os corpos ele já estava preso. O julgamento pela morte do Daniel foi 2011, quando ele foi condenado a 28 anos de reclusão, mas isso jamais vai apagar a minha dor, pois ele merecia prisão perpétua, afinal, no dia em que for solto com certeza fará novas vítimas", frisou.

A promotora Gabriela Brandão afirmou que a acusação trabalharia com a mesma tese dos outros julgamentos apontando que os crimes foram praticados por motivo torpe, empregando meios cruéis e sem chances de defesa para as vítimas. Ela disse que dependendo do resultado da sentença ele ultrapassaria neste julgamento aos 300 anos de condenação. Já a defensora pública Gerusa Andrade, afirmou que o réu é confesso, e seu trabalho era apenas garantir que seus direitos constitucionais fossem assegurados. O último julgamento do assassino em

série ocorreu em 2012, quando foi condenado há 27 anos e seis meses pela morte do menino Alexandre Lemos Pereira, 9 anos, ocorrido no ano de 2002, em São José de Ribamar.

Entrou pela noite - O décimo primeiro julgamento de Francisco das Chagas prosseguiu pela noite de ontem. Por volta das 19h, ainda estava acontecendo o pronunciamento da defesa.



Francisco das Chagas



PAI DE UMA das vítimas de Francisco das Chagas presta depoimento



MÃE DE DANIEL Ferreira Ribeiro disse que condenação de Chagas jamais vai apagar sua dor

## VÍTIMAS DE FRANCISCO DAS CHAGAS NO MARANHÃO

- |   |   |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Alexandre de Lemos Pereira</li> <li>2) Antônio Reis Silva</li> <li>3) Bernardo da Silva Modesto</li> <li>4) Bernardo Rodrigues Costa – corpo encontrado nas matas de S.J.Ribamar</li> <li>5) Carlos Wagner dos Santos Sousa</li> <li>6) Daniel Ferreira Ribeiro – corpo encontrado na Vila José Reinaldo Tavares</li> <li>7) Diego Gomes Araújo – corpo encontrado na Vila José Reinaldo Tavares</li> <li>8) Edivan Pinto Lobato – corpo encontrado na Maiobinha</li> <li>9) Eduardo Rocha da Silva – corpo encontrado no Residencial Nova Jerusalém Maioba</li> <li>10) Evanilson Cantanhede Costa</li> <li>11) Hermógenes Colares – corpo encontrado nas matas de Santana</li> <li>12) Ivanildo Povoas Ferreira – corpo encontrado na Maiobinha</li> <li>13) Jailson Alves Viana</li> <li>14) Jonnathan Silva Vieira – corpo encontrado no Povoado Santana</li> <li>15) Josemar de Jesus Batista – corpo encontrado no povoado Santana</li> <li>16) Julio César Pereira Melo – corpo encontrado nas matas de Ubatuba</li> </ol> | <ol style="list-style-type: none"> <li>17) Laércio Silva Martins</li> <li>18) Nerivaldo dos Santos Pereira</li> <li>19) Nonato Alves da Silva – corpo encontrado nas matas de Ubatuba</li> <li>20) Rafael Carvalho Carneiro</li> <li>21) Raimundo Luís Sousa Cordeiro – corpo encontrado nas matas de Santana</li> <li>22) Raimundo Nonato da Conceição Filho – corpo encontrado no Residencial Nova Jerusalém Maioba</li> <li>23) Ranier Silva Cruz – corpo encontrado no Paranã</li> <li>24) Welson Frazão Serra – corpo encontrado na Vila Jair</li> <li>25) Alexandre dos Santos Gonçalves – corpo encontrado São Brás dos Macacos</li> <li>26) Sebastião Ribeiro Borges – corpo encontrado matas de Santana</li> <li>27) Jondelvanes Macedo Escócio</li> <li>28) Emanuel Diego de Jesus Silva</li> <li>29) Não identificado</li> <li>30) Não identificado – corpo encontrado no Araçagi</li> </ol> |
|---|---|

# Motoqueiros expulsam promotor e juiz de cidade no Maranhão

## Grupo contrário a uso de capacete queimou pneus e fez 'buzinaço'

OSWALDO VIVIANI\* e CRISTINA TARDÁGUILA  
opais@oglobo.com.br

**-SÃO LUÍS E RIO-** Um juiz e um promotor de Justiça foram expulsos ontem do município maranhense de Arame (situado a 476 quilômetros de São Luís) depois de uma manifestação que reuniu, na porta do fórum, cerca de 50 motoqueiros que protestavam contra a imposição do uso de capacete — iniciativa liderada pelas duas autoridades para “tentar tirar da cidade a fama de terra sem lei”.

— No início da manhã, alguns motoqueiros fecharam uma das saídas de Arame, colocando fogo em pneus. Eles carregavam cartazes que diziam “Fora promotor” e “Fora capacete” — contou ao GLOBO o promotor Carlos Róstão, já abrigado na cidade vizinha de Grajaú. — Por volta das 13h, vivemos um momento de clara intimidação. Vários motoqueiros foram para a frente do fórum e fizeram um buzinaço. Eu e o juiz Holidice Barros acionamos a Polícia Militar, mas fomos informados de que só havia um oficial na cidade. Recorremos, então, ao batalhão de Grajaú, e fomos aconselhados a deixar Arame com a escolta que nos enviaram.

O juiz Barros disse, por sua vez, que sentiu medo na hora em que os motoqueiros iniciaram o “buzinaço”, mas fez questão de destacar que, “apesar da barbárie”, voltará a Arame “mais estimulado ainda para trabalhar”.

Quando souberam da saída do magistrado e do promotor, os motoqueiros que protestavam comemoraram estourando fogos artificiais.

— Maior do que o medo que senti é a

indignação, o ultraje por sermos expulsos por querer trabalhar, cumprir nosso papel e fazer com que seja respeitada uma norma que visa a preservar a segurança do condutor da moto e da própria população — disse o juiz, antes de criticar o baixo número de policiais em Arame ontem. — Deveríamos ter ao menos seis militares e dois civis, mas eles não permanecem na cidade porque, às vezes, nem comida têm.

A campanha pelo cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, criado em 1997, começou no início deste ano. Segundo o promotor, desde janeiro, foram feitas diversas audiências públicas no fórum e pronunciamentos na rádio local para alertar a população para a intensificação da cobrança do uso do capacete. A

medida começaria a valer ontem.

Para a Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), a expulsão de Barros e Róstão indica que o estado está à beira da barbárie.

— O que aconteceu foi uma afronta ao Estado de Direito, com a vitória da barbárie em detrimento da lei — afirmou Gervásio Protásio dos Santos, presidente da Amma.

Já o Ministério Público do Maranhão emitiu uma nota na tarde de ontem lamentando o ocorrido. No texto, o MP afirma que “vem desenvolvendo, em Arame, ações em prol da sociedade” e que “vai continuar trabalhando, diuturnamente, para assegurar o fiel cumprimento da lei”. (\*Especial para O GLOBO) ●

DIVULGAÇÃO/ELIVANILSON MOREIRA



**Protestos.** Atos contra o juiz Holidice Barros e o promotor Carlos Róstão duraram o dia todo